

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 56
DEZ 2019 / JAN 2020

#455

EDTECHS QUEREM
REFORMULAR A
SALA DE AULA

CORRIDA PELA
INOVAÇÃO BANCÁRIA

ENTREVISTA

**João Miranda,
CEO da Votorantim**

"Quem pode, tem a obrigação
e o dever de promover oportunidades."

POR JORGE CALDEIRA

90 anos de arte

Análise da autobiografia
de Fernanda Montenegro



Sem infraestrutura para crescer

INVESTIMENTOS ABAIXO DO NECESSÁRIO
FAZEM O PAÍS ENFRENTAR OBSTÁCULOS
PARA INCREMENTAR ECONOMIA

R\$15,90



**SOLUÇÕES
PERSONALIZADAS PARA
OS SETORES PÚBLICO
E PRIVADO.**

Com programas liderados por especialistas,
o Atendimento Corporativo Senac
desenvolve as capacidades de quem faz
as instituições crescerem.

DESENVOLVENDO TALENTOS,
POTENCIALIZANDO RESULTADOS.

corporativo.sp.senac.br

0800 707 1027

**CAPACITAR É A CHAVE
PARA MELHORAR.**


Senac

atendimento corporativo

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar
CEP 04122-000
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO **André Rocha**

DIRETOR DE CONTEÚDO **Fernando Sacco**

GERENTE DE CONTEÚDO **Elisa Klabunde**

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Lucas Mota MTB 46.597/SP

EDITORA-ASSISTENTE **Lúcia Helena de Camargo**

REPÓRTER **Filipe Lopes**

FOTOS **Christian Parente**

ESTAGIÁRIA **Gabriela Henrique**

REVISÃO **Bruna Baldini, Flávia Marques e Marina Jarouche**

DIRETORES DE ARTE **Clara Voegeli e Demian Russo**

EDITORA DE ARTE **Carolina Lusser**

DESIGNERS **Cintia Funchal, Daniel Monteiro,
Paula Seco, Pedro Vó e Tiago Araujo**

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

**Antonio Lanzana, Ana Maria Roncaglia, Cristiane Cortez,
Guilherme Meirelles, Herbert Carvalho, Humberto Dantas,
Iraci Paulina, Jean Galvão, Jorge Caldeira, José Goldemberg,
Leda Rosa, Marcelo Soares, Marcus Lopes,
Marleine Cohen, Paulo Delgado, Roseli Loturco,
Renato Galeno, Renato Opice Blum e Rony Vainzof**

RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Izabel Collor de Mello e Paula Dias

CAPA **Tiago Araujo**

FALE COM A GENTE publicacoes@fecomerco.com.br

IMPRESSÃO **Pigma**

DISTRIBUIÇÃO EM BANCAS E REDES DE LIVRARIAS

Total Publicações (Grupo Abril)

Edicase Gestão de Negócios



PB | #455

As lacunas da infraestrutura são fator de peso no Custo Brasil. Para superar esses entraves históricos, especialistas calculam investimentos de R\$ 9 trilhões, mas frisam que ainda mais urgente é a efetivação de um planejamento de longo prazo capaz de tirar o setor da posição de limitador e reposicioná-lo como catalisador do desenvolvimento econômico. E, na conjuntura atual das contas públicas, isso só é possível com a mão da iniciativa privada.

ESTA É MAIS UMA PÁGINA QUE VAI FICAR EM NOSSA HISTÓRIA.

DURANTE 56 ANOS E MAIS DE
450 EDIÇÕES, VIVEMOS, RETRATAMOS
E ANALISAMOS MOMENTOS CRUCIAIS
DA RECENTE HISTÓRIA BRASILEIRA.

Desde 2016, passamos por uma reinvenção para acompanhar o novo comportamento dos leitores.

Ampliamos o leque de nossas editorias, reformulamos nosso projeto gráfico, fomos às bancas, apostamos ainda mais na abordagem aprofundada em questões de relevância nacional, incorporamos ensaios fotográficos e publicamos edições temáticas.

E, agora, reservamos esta página para falar sobre um acontecimento importante da nossa trajetória: conquistamos o **PRÊMIO ABERJE 2019** na categoria Mídia Impressa.

PB
PROBLEMAS BRASILEIROS

**PRÊMIO
ABERJE
2019**



		8	Capa	RECUPERAÇÃO ECONÔMICA REQUER INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA
14	Tecnologia			Entrevista JOÃO MIRANDA, CEO DA VOTORANTIM, FALA SOBRE NEGÓCIOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL
		26	Economia	BANCOS E FINTECHS: CONCORRÊNCIA BEM-VINDA
		32	Artigo	POR RENATO OPICE BLUM, RONY VAINZOF E ANA MARIA RONCAGLIA
36	Estados			7 Perguntas SILVIO DE ALMEIDA ANALISA O RACISMO
		42		
44	Educação			
		50	Resenha	ANGELA DAVIS: UMA AUTOBIOGRAFIA
54	Perfil			
		59	Artigo	POR ANTONIO LANZANA
		60	Artigo	POR CRISTIANE CORTEZ E JOSÉ GOLDEMBERG
62	História			Charge POR JEAN GALVÃO
		66		

A INFORMAÇÃO COMO ALICERCE

Além das consequências negativas da conhecida falta de planejamento, o Brasil tem de lidar com a incapacidade do Estado em investir na manutenção da sua infraestrutura, deteriorada pela ausência de prioridade. O fato é que o saneamento básico, a logística, os transportes e a saúde pública carregam gargalos de funcionamento justamente por não poderem contar com a participação efetiva do setor privado.

É isso o que nos mostra a matéria de capa desta edição, ao revelar a situação da infraestrutura brasileira – prejudicada pela falta de estratégia e investimentos, colocando-nos em posição desfavorável na atração de capital externo e de investidores daqui. O saneamento básico nacional chega a ser comparado com o que havia na Europa há cem anos. E dados da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdi) apontam o desempenho do Brasil abaixo de 105 países com economias equivalentes à nossa. Soma-se a esse cenário a precariedade de portos, rodovias e ferrovias, construídos há mais de 30 anos e que, em razão do alto custo operacional, estão à mercê da iniciativa estatal, já sem margens para investimentos. Resultado, em grande parte, do descontrole e desequilíbrio nas contas públicas.

É unânime a opinião entre especialistas de que a maior participação do setor privado – por meio de parcerias, concessões e privatizações – seja a alternativa viável para recuperar esse atraso. Mas, para isso, o primeiro passo é o reconhecimento do próprio Estado da necessidade de aumentar a segurança jurídica por meio de uma legislação que proteja, sem brechas, tais acordos. É salutar lembrar que o atual governo vem adotando medidas importantes nesse sentido. Por essa razão, a expectativa é que esse cenário tenha mudanças na próxima década.

Este número de **Problemas Brasileiros (PB)** reflete ainda sobre o papel das startups que

utilizam a tecnologia como instrumento-chave na transmissão de conhecimento, as chamadas *edtechs* – sigla que reúne os termos *education* e *technology*. Mostramos como essa tendência vem impactando o aprendizado no sistema de ensino e as novas práticas que, em alguns anos, serão incorporadas às salas de aula – por exemplo, inteligência artificial.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), prevista para entrar em vigor a partir de agosto de 2020, também é discutida nesta edição. Sua vigência representa um marco importante nas regulações jurídicas, eliminando lacunas nas leis hoje existentes e que dão abertura a violações de dados pessoais.

Na esfera cultural, a revista homenageia a icônica atriz Fernanda Montenegro. Aos 90 anos recém-completados, Fernanda foi a primeira brasileira a concorrer ao Oscar de Melhor Atriz pelo filme *Central do Brasil*, em 1999. E aqui é retratada pelo escritor Jorge Caldeira.

A **PB** abre o ano de 2020 vigorosa pelo reconhecimento do Prêmio Aberje da Associação Brasileira de Comunicação Corporativa na categoria Publicações. Com 56 anos de história no mercado editorial, o título se consolidou ao oferecer jornalismo analítico e conteúdo de interesse público. E, com esse propósito, segue discutindo respostas aos questionamentos que acompanham a trajetória brasileira. A todos uma boa leitura e um feliz ano novo.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



DESESTRUTURA CRÔNICA

O Brasil precisa investir em torno de R\$ 9 trilhões nos próximos 20 anos para resolver seus problemas de infraestrutura, segundo estudos do setor. Estacionado na 81ª posição no ranking do Global Competitiveness Report (GCR), do Fórum Econômico Mundial, o País investe atualmente menos de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em infraestrutura. O ideal seria injetar pelo menos 4,15% do PIB em áreas como saneamento básico, transportes, logística, energia e telecomunicações.

texto MARCUS LOPES | ilustração TIAGO ARAUJO



“Algumas áreas, como saneamento, estão atrasadas mais de um século em comparação a países desenvolvidos”, afirma o PhD em Economia Edson Gonçalves, pesquisador do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e membro do Infra2038, grupo de estudiosos que calcula em R\$ 9 trilhões os investimentos necessários para melhoria do setor.

“A situação do saneamento básico, hoje, no Brasil, é a mesma da Europa há mais de cem anos. É uma situação negativa e com graves reflexos na saúde pública”, diz Gonçalves. “Por outro lado, houve avanços significativos em áreas como energia elétrica e telecomunicações, que praticamente universalizaram o acesso da população. Ou seja, temos bons e maus exemplos nas mais diferentes áreas”, pondera o pesquisador da FGV.

Em 2018, os investimentos em infraestrutura representaram 1,82% do PIB, frente a 1,69% investido no ano anterior (2017). Mesmo considerando a elevação na comparação ao período anterior, o montante do PIB aplicado na infraestrutura em 2018, cujos valores somam R\$ 124,2 bilhões, ainda está muito abaixo do necessário para eliminar os gargalos estruturais e reduzir o chamado “Custo Brasil”. Os dados são do Ministério da Infraestrutura e de um estudo preparado pela Inter.B Consultoria Internacional de Negócios, especialista em estudos de infraestrutura.

As projeções de 2019, segundo prognóstico da Inter.B, apontaram que os recursos públicos e privados aplicados no setor deveriam somar, até dezembro, R\$ 133,4 bilhões – 1,87% do PIB nacional. Apesar do pequeno aumento nos investimentos previstos, o montante a ser alocado deve permanecer abaixo da média histórica de 2001-2017, quando eram investidos 2,12% do PIB. Os números, de acordo com

a consultoria, evidenciam o caráter lento da recuperação de investimentos no setor.

CAUSAS ESTRUTURAIS

“A infraestrutura brasileira é bastante deficiente, resultado de uma falta de planejamento e estratégia de longo prazo que seja capaz de definir o rumo do desenvolvimento nacional. Sem esse norte, o planejamento fica prejudicado. Sem o planejamento, as políticas públicas respondem apenas a partir dos gargalos que aparecem”, afirma o presidente-executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini.

“Tudo deveria ocorrer em uma ordem inversa. Com base na definição de uma estratégia de desenvolvimento, haveria planejamento integrado com visão de longo prazo e seleção de projetos a partir de critérios racionais, para que a infraestrutura seja um indutor, e não uma barreira ao aumento da competitividade e das condições de bem-estar da população”, completa Tadini.

Em menos de dez anos, o Brasil despencou dez posições no levantamento feito pelo Fórum Econômico Mundial. Em 2012, chegou a ocupar a 71ª posição na lista do GCR, patamar que o governo federal estabeleceu como meta ocupar novamente até 2022. Ao analisar o ranking por áreas, a situação brasileira é ainda pior em vários itens, segundo análise feita pela Abdib: qualidade das rodovias (112º lugar), ferrovias (97º), aeroportos (73º) e portos (105º), entre os 140 países avaliados pelo GCR. Em confiabilidade do suprimento de água, ocupa a 78ª posição e, em energia elétrica, a 73ª.

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer), Vicente Abate, “não faz sentido, em um País com nossas dimensões territoriais, transportar uma carga de grãos por 2 mil quilômetros em cima de um caminhão. O transporte de carga de longa distância tem de ser ferroviário”. Segundo ele, o Brasil dispõe atualmente de cerca de 30 mil quilômetros de ferrovias disponíveis para o transporte de carga, número bem abaixo do necessário e do potencial nacional.

“As ferrovias participam com 20% do transporte de carga, e as rodovias, com 60%. Em outros países, a matriz é muito mais equilibrada, e o ferroviário responde por até 40% do transporte de car-

ga”, diz Abate, lembrando que praticamente 100% dos investimentos no setor atualmente no Brasil são realizados pela iniciativa privada.

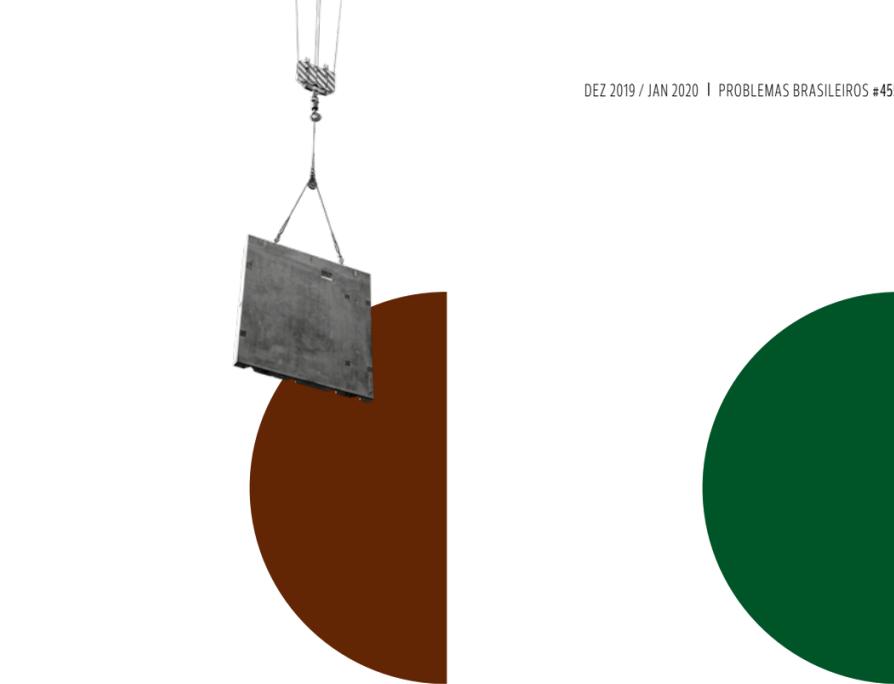
Se os números do transporte ferroviário de carga são baixos, o de passageiros entre cidades e Estados é praticamente nulo. Há apenas duas linhas de viajantes oficiais e regulares operadas pela Vale (de Vitória a Minas e Carajás) e alguns trens turísticos espalhados pelo território nacional. Somando tudo (linhas oficiais e turísticas), os trens intermunicipais transportam cerca de 5 milhões de passageiros por ano. “É um número inócuo comparado aos 100 milhões de pessoas que eram transportados por trilhos na década de 1970”, compara Abate.

Os índices de saneamento básico também são muito desfavoráveis, de acordo a Abdib. O desempenho brasileiro é pior do que o verificado em 105 países. Isso inclui nações como Chile, México e Peru, cujas economias são comparáveis à do Brasil. O resultado, segundo dados de 2016, são cerca de 100 milhões de brasileiros sem acesso à rede de esgoto e 35 milhões sem acesso à água potável.

“A situação atual da infraestrutura brasileira é caótica”, resume o economista e copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP, Antonio Lanzana. Segundo ele, que também é professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Dom Cabral, os investimentos em infraestrutura foram reduzidos de maneira significativa nos últimos 40 anos. Na década de 1970, o País investia 5,5% do PIB em infraestrutura, em média. Hoje, não chega a 2% do PIB, que em 2018 fechou em R\$ 6,8 trilhões. Para efeito de comparação, a média atual de investimentos em outros países, inclusive emergentes, é de 5% do PIB.

ABAIXO DA MÉDIA

“Nós estamos muito longe da média mundial e mesmo dos emergentes”, destaca Lanzana. As causas para a queda, segundo ele, foi a perda, ao longo dos anos, da capacidade de investimento estatal em grandes obras e projetos. De acordo com cálculos feitos pelo economista, a receita tributária nacional cresceu de 25,3% do PIB, nas décadas de 1970 e 1980, para 33% entre 2014 e 2018. As despesas de custeio nos dois períodos analisados, porém, saltaram de 19,8% para 36% do PIB. “A receita tributária subiu, mas as despesas de custeio ‘explodiram’, e o governo ficou sem recursos para investir”, explica Lanzana. Ele lembra que o investimento baixo não consegue cobrir sequer a depreciação da infraestrutura já existente.



Essa depreciação é outro problema que preocupa os especialistas. Estudo feito pela Inter.B Consultoria mostra que o estoque de tudo que já foi investido em infraestrutura caiu de 60% do PIB, nos anos de 1980, para 36,3%, em 2018. Ou seja, os ativos – portos, rodovias, ferrovias, etc. – estão se deteriorando e perdendo valor. Ainda de acordo com o estudo da consultoria, o baixo nível de manutenção da infraestrutura brasileira – grande parte dela construída há 30 anos ou mais – resulta em perda de eficiência e aumento do custo operacional. O ideal, segundo a consultoria, seria o estoque do total de investimento retornar à marca de 60% do PIB. Em países com economia mais desenvolvida, esse percentual chega a 85% do PIB. “Mas é importante lembrar que a redução do estoque de capital (como percentual do PIB) não se dá apenas pela depreciação, mas pelo fato de os investimentos não acompanharem a expansão da economia”, explica Claudio Frischtak, autor do estudo.

Essa depreciação pode ser sentida pela população em diversos setores. Relatório de 2017 da Confederação Nacional do Transporte (CNT) indica aumento da deterioração da qualidade geral das rodovias brasileiras em relação a 2016. As estradas em estados ruim e péssimo, por exemplo, passaram de 58,2% para 61,8% dos 105 mil quilômetros analisados pela CNT. Na prática, em apenas um ano, 3,8 mil quilômetros de rodovias passaram de regular ou bom para ruim ou péssimo. “Essa queda pode ser explicada, em parte, pelas crises política e econômica que assolaram o País

e que, de certa forma, imobilizou o Poder Público. Mas isso não aconteceu nas rodovias privatizadas”, diz o engenheiro Mauro Schlüter, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

INVESTIMENTO PRIVADO

A importância da participação efetiva do setor privado na recuperação e no crescimento da infraestrutura é consenso entre os especialistas. Até porque, afirmam os estudiosos, o Poder Público, sozinho, não tem condições de suprir as deficiências e alcançar a meta de investimentos nos próximos anos. O estudo da Inter.B mostra a importância dos investimentos privados em infraestrutura. Do total aplicado em 2018 em projetos e obras de energia elétrica, telecomunicações, saneamento e transportes, R\$ 77,9 bilhões (62,78% dos R\$ 124, 2 bilhões) se referem a investimentos privados, e os outros R\$ 46,2 bilhões, a investimentos públicos.

O diretor-executivo da Cosin Consulting, Philippe Minerbo, explica que “as parcerias público-privadas, concessões e privatizações são vitais para destravar os investimentos. O governo, sozinho, não teria como resolver todos os problemas de infraestrutura”. Ele cita como exemplo de Parceria Público-Privada (PPP) bem-sucedida a Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo, operada pela concessionária ViaQuatro. “O papel do governo é facilitar ações que melhorem a vida das pessoas, utilizando de maneira inteligente os impostos arrecadados. Esse deveria ser o norte de qualquer governo também em relação à infraestrutura”, completa Minerbo, que destaca as premissas para as parcerias darem certo: transparência na condução do processo, ética nos relacionamentos comerciais, visão de longo prazo e estabilidade jurídica para garantir a segurança dos investidores.

“ALGUMAS ÁREAS, COMO SANEAMENTO, ESTÃO ATRASADAS MAIS DE UM SÉCULO QUANDO COMPARADAS COM PAÍSES DESENVOLVIDOS.”

EDSON GONÇALVES, PhD em Economia, pesquisador do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e membro do Infra2038

“O governo precisa criar uma parceria que seja vantajosa com o objetivo de a iniciativa privada. Existe grande interesse por parte das empresas estrangeiras em investir na infraestrutura nacional. O que dificulta a velocidade são as ações que dependem do Congresso Nacional. O debate ideológico ainda atrasa muito o Brasil no sentido de alongar demais as decisões”, ressalta Minerbo.

Opinião semelhante tem o sócio-líder de governo e infraestrutura da KPMG no Brasil, o consultor Maurício Endo. “O programa de infraestrutura deve ser uma política de Estado, e não apenas de governo”, afirma Endo, lembrando que há grande interesse dos investidores estrangeiros em projetos nacionais. Para que isso aconteça, afirma o consultor, é necessário estabelecer marcos regulatórios bem definidos, além de oferecer segurança jurídica e contratos que promovam garantias aos investidores de longo prazo. “O capital existe e está à disposição mundo afora. Só depende de o governo brasileiro trabalhar bem os seus programas de infraestrutura para atrair esse capital para ser investido aqui”, diz Endo.

“Os R\$ 9 trilhões necessários para a infraestrutura do Brasil é um valor expressivo, mas o estoque de dinheiro nas mãos dos investidores é muito maior”, diz Gonçalves, da FGV, citando como exemplo os fundos de pensão, potenciais investidores em grandes obras. “Os fundos de pensão, que trabalham com cálculos atuariais,

têm muito interesse nos programas de infraestrutura, que são investimentos de longo prazo”, explica o consultor.

PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Na opinião do diretor da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, Fábio Carvalho, “considerando as limitações do orçamento público, os contratos de parceria são uma boa solução. Além disso, o Estado desenvolve seu novo papel como regulador, o que vem dando bons resultados no setor”. Segundo ele, as parcerias de sucesso devem estar amparadas no tripé “estabilidade, previsibilidade e segurança jurídica”. “São essas características que vão dar suporte ao contrato e permitirão o seu sucesso, resultando na prestação de um serviço de qualidade para os usuários e na continuidade do serviço público, princípios norteadores dos contratos de parceria”, afirma Carvalho.

Além do fortalecimento das parcerias com o setor privado, por meio do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), as principais diretrizes do governo federal no setor, de acordo com informações do Ministério da Infraestrutura, são as seguintes: gestão eficiente dos recursos públicos, priorização da manutenção da infraestrutura, conclusão das obras em andamento com elevado grau de execução física e continuidade de obras estratégicas, como corredores de exportação e eixos de integração nacional.

As PPPs também estão no radar dos municípios para resolução dos graves problemas de infraestrutura urbana. Projetos de parceria e concessões em áreas como saneamento, transporte público, tratamento de resíduos sólidos e iluminação pública começam a ganhar destaque em cidades grandes e médias. “As cidades ocupam apenas 2% do total da terra do mundo, mas consomem 60% da energia, emitem 70% dos gases e geram 70% dos resíduos sólidos existentes no planeta”, alerta o diretor de serviços da empresa de soluções de logística e tomada de decisões LLamasoft Brasil, Ivan Jancikic.

Entre 1960 e 2010, diz Jancikic, a população urbana no Brasil saltou de 44% para 84% do total de habitantes, agravando problemas em áreas como saneamento básico, energia elétrica, transporte e logística. Como os recursos próprios são insuficientes até para manter o que já existe, e os repasses estaduais e federais são escassos, as prefeituras se dedicam cada vez mais a proje-

RETRATO DA INFRAESTRUTURA

R\$ 124,2 BILHÕES investidos em 2018 (1,82% do PIB)

5% DO PIB é a média atual do investimento de outros países emergentes

Com baixo nível de manutenção, portos, rodovias e ferrovias estão ficando defasados

CONSEQUÊNCIAS: perda de eficiência e aumento do custo operacional para atividades econômicas

MEDIDAS PARA SANAR O PROBLEMA

Marcos regulatórios bem definidos

Mais segurança jurídica

Contratos com garantias aos investidores de longo prazo

Incremento dos programas de concessão e parcerias PÚBLICO-PRIVADAS em saneamento básico, energia elétrica, transporte e logística

FONTE: *Infra 2038*

tos que envolvam a participação do capital privado, como PPPs e concessões.

Em São Paulo, por exemplo, a prefeitura da capital desenvolve um programa de concessões e parcerias na maior cidade do País, que inclui desde o projeto de uma PPP para a iluminação pública até a concessão do Estádio do Pacaembu, cujo contrato de concessão por 35 anos do complexo esportivo foi assinado em setembro com o consórcio vencedor. Outros municípios seguem o mesmo caminho na capital paulista. “Os problemas envolvendo a logística urbana podem ser considerados um entrave para o desenvolvimento local, gerando perdas na competitividade das cadeias logísticas e impactos negativos na qualidade de vida da população”, explica Jancikic.

Programas de concessão nas áreas de iluminação pública e saneamento têm sido destravados nos Estados e municípios com mais facilidade porque, além dos custos menores com obras em relação a outras áreas de infraestrutura, contam com recursos permanentes das contas de água e taxas de iluminação pública cobradas da população. “São áreas com recebíveis, o que facilita o estabelecimento de uma parceria entre o Poder Público e a iniciativa privada”, explica o consultor Endo, da KPMG.

A aceleração dos projetos de infraestrutura também pode provocar impacto positivo em outro setor estratégico da economia nacional e que atravessa dificuldades: o emprego. Segundo estimativas do governo federal, um cenário de maiores investimentos em infraestrutura e reformas estruturais pode gerar mais de 2 milhões de novos empregos diretos e indiretos até 2022.

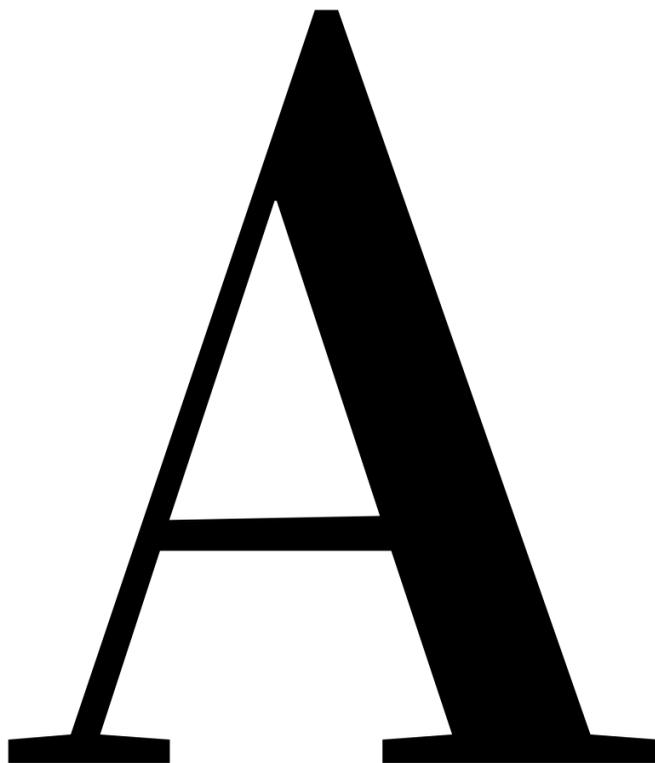
“Infraestrutura é geração de emprego na veia, pois é dependente dos serviços associados à construção civil”, afirma Venilton Tadini, da Abdib. Ele destaca que a manutenção e restauração de ferrovias, a expansão das redes de saneamento básico, a construção de rodovias e demais modais de transportes geram muitos empregos, além do clima positivo na economia e na sociedade proporcionado pelos empreendimentos em si. “O investimento em recuperação e expansão da infraestrutura é o principal caminho que o Brasil dispõe atualmente para reduzir a fila do desemprego”, completa Tadini.

&

APRENDIZADO HIGHTECH

A educação no Brasil vive a efervescência das edtechs – abreviação de *education* e *technology* – para definir as startups que usam intensivamente a tecnologia para transmitir conhecimento. Segundo levantamento da Associação Brasileira de Startups (ABStartups), o País tem cerca de 300 que gravitam em torno dos ensinos público e privado, reformulando velhas práticas na sala de aula e nas relações de consumo entre escolas, professores e alunos.

texto MARLEINE COHEN



A onda é tamanha que 73% dos Estados brasileiros têm, hoje, no mínimo, três edtechs. Apenas o Tocantins não tem nenhuma. Segundo a sondagem da ABStartups, elas representam 7,8% do total de empresas na categoria em atividade no País.

Registros do volume de negócios do setor por aqui não há, mas essas startups são um fenômeno mundial. O relatório Padrões Globais de Investimento em Tecnologia de Aprendizagem em 2018: A Ascensão dos Unicórnios de Edtech, da consultoria de marketing Metaari, dá conta que, em 2017, o setor recebeu US\$ 9,52 bilhões em investimentos, alta de 30% frente a 2016, subvencionando 813 empresas. São destaques nesse estudo a China, primeira colocada no ranking e maior beneficiária dos aportes, somando mais de US\$ 1 bilhão, e os Estados Unidos, em segundo lugar, que abocanharam 32% do montante.

Outro levantamento, realizado com 21 cidades do mundo pela startup australiana Navitas Venture, especializada em educação, concede ao Brasil um modesto 18º lugar em número de edtechs ativas. São Paulo, metrópole onde a presença é mais marcante (o Sudeste congrega 74% do total), registra 62 empresas. Xangai e Nova York aparecem em segundo lugar no ranking, com mil startups, e Pequim lidera a lista, com 3 mil.

Apesar da atuação ainda acanhada, o Brasil desponta como um dos mercados mais necessários de soluções tecnológicas para o ensino. Em artigo abrindo um amplo trabalho da Liga Insights, aceleradora dedicada a conectar startups e grandes corporações, o diretor de Inteligência, Raphael Augusto, argumenta que “elas podem solucionar questões relacionadas à democratização do ensino, ao uso da tecnologia em classe, à capacitação dos professores e à gestão da educação dentro e fora da sala de aula”.

MINAS DE OURO

Trata-se de um mercado de grandes proporções e projeções. Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2018, do Ministério da Educação (MEC), o País contava, no ano passado, com 181.939 escolas de educação básica, que idealmente acolhem o jovem durante 17 anos (educação infantil e ensinos fundamental e médio). Foram feitas 48,5 milhões de matrículas e havia mais de 2,2 milhões de docentes. No ensino privado, havia 38 mil instituições operantes.

É consenso entre especialistas que, até 2050, a grande maioria da população brasileira estará consumindo educação, informa Thiago Chaer, CEO da Future Education, aceleradora cujas edtechs já atingiram mais de R\$ 60 milhões em valor de mercado, atraindo investimentos superiores a R\$ 10 milhões e impactando 550 mil alunos, 3 mil escolas e 27 mil professores.

Lá fora, as previsões também são otimistas. De acordo com relatório da EdTechXGlobal, até 2020, o mercado global de tecnologia da educação deverá registrar crescimento de 17% ao ano, movimentando US\$ 252 bilhões. Outra fonte de dados, o site de tecnologia TechCrunch informa que os negócios na área de educação, uma das mais operantes nos dias de hoje, consomem, globalmente, mais de US\$ 5 trilhões por ano em aprendizados primário, secundário e corporativo.

EXEMPLOS PRÁTICOS

No Brasil, a alta tecnologia deve chegar à sala de aula nos próximos anos, por exemplo, em forma de realidade virtual e aumentada, gamificação, inteligência artificial e *learning analytics*, tendência tecnológica que ajuda a desenvolver, por coleta de informações, novos processos de aprendizagem, propondo modelos de ensino adequados ao ritmo de cada estudante.

Estudo da MarketsandMarkets Research mostra que, até 2023, o mercado de learning

NO CAMINHO PARA A EXPANSÃO DAS EDTECHS, OS OBSTÁCULOS VÃO DO ACESSO RESTRITO À INTERNET À FALTA DE INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO, DO ACANHADO LETRAMENTO DIGITAL DOS PROFESSORES ÀS DIMENSÕES CONTINENTAIS DO PAÍS

analytics vai saltar de US\$ 2,6 bilhões para mais de US\$ 7 bilhões. No mesmo prazo, a expansão média desse segmento deve superar 22%. No Brasil, em 2019, Big Data e *analytics*, como um todo, devem movimentar US\$ 4,2 bilhões, segundo a consultora IDC Brasil.

De acordo com a ABI Research, empresa global de consultoria no mercado de tecnologia, a comercialização de dispositivos de realidade virtual, como recursos de imagens e vídeos em 3D, deve crescer mais de 84% até 2020, alcançando US\$ 200 milhões. Em 2025, a previsão é que chegue a US\$ 700 milhões.

Aqui, ao lado do Google Expeditions, usado em mais de 100 instituições de ensino públicas e privadas, tem destaque o trabalho da VR Monkey, startup de São Paulo que cria conteúdo e desenvolve experiências em realidade virtual.

O segmento de gamificação aplicado à educação é outro com potencial de crescimento inequívoco. Estimativas da MarketsandMarkets projetam expansão média anual de 32% até 2023 e aumento de US\$ 450 milhões para US\$ 1,8 bilhão em valor de mercado. Quanto à inteligência artificial aplicada à educação, deve absorver cerca de US\$ 3,69 bilhões até 2023 e crescer 47%.

Exemplo no uso da imersão virtual é a MedRoom. Dirigida aos estudantes de Medicina, a ferramenta permite que eles aprendam a desvendar os mistérios da anatomia e da fisiologia, visualizando órgãos como se estivessem dentro do corpo humano.

Segundo Vinícius Gusmão, CEO e cofundador da MedRoom, “já existe literatura publicada comprovando que há ganho de 25% em matéria de otimização da curva de aprendizado com realidade virtual, e a tendência é de um aumento de 35% na retenção do conhecimento”. Fundada em 2016, a startup fatura mais de R\$ 1 milhão e passou pela aceleração de quatro investidores – entre eles, o Hospital Albert Einstein. Já impactou cerca de 3 mil jovens e firmou parceria com cinco faculdades e dois hospitais no México.

Com foco nos ensinos médio e fundamental, a Geekie tem a única plataforma brasileira de ensino adaptativo credenciada pelo MEC para o Guia de Tecnologias Educacionais, que identifica soluções tecnológicas capazes de melhorar a qualidade do ensino. O produto, bem como a trajetória da startup, impactou mais de 5 mil escolas públicas e privadas em todo o País e em torno de 12 milhões de estudantes ao longo de

oito anos. Adotado por 15 escolas em 2018, entre os conteúdos do Geekie One, está a disciplina de Educação Digital, que auxilia o jovem a lidar com oportunidades, riscos e desafios online.

No colégio Perfil, na Bahia, a aluna Elisa Meyrigne, de 15 anos, aprovou a novidade. “Até bem pouco tempo atrás, nunca tinha pensado em usar o celular como material didático. Com a plataforma, podemos ter novas visões sobre o uso das redes sociais e da internet”, diz a estudante.

MÚLTIPLOS GARGALOS

Nada menos que 930 mil alunos de 36 redes públicas, nas cinco regiões do País, e quase 50 mil professores de 3,8 mil escolas foram impactados. Apesar do fôlego pedagógico dos seus produtos, a Mira Educação – primeira edtech dedicada à produção de soluções para a educação pública a entrar no ranking das empresas mais amadas do Brasil, do site *Love Mondays* – não pôde evitar a asfixia. Em março deste ano, alegando falta de recursos financeiros, anunciou seu fim, após três anos de atividades.

Em um país onde a evasão escolar se traduz em números desoladores – segundo pesquisa da Fundação Getulio Vargas (FGV), 40% dos jovens que abandonam os estudos o fazem por total desinteresse –, a ferramenta desenvolvida pela Mira chegou a ser usada por professores nas escolas estaduais do Paraná e do Mato Grosso do Sul para rastrear a frequência de alunos. A checagem era online, via smartphone. Quando um aluno faltava, um alerta por SMS era transmitido aos pais.

O Mira Aula permitia ao professor lançar no diário de classe digital o conteúdo da aula, as notas, as avaliações, os elogios e os pontos a melhorar sobre os estudantes. Além disso, avaliação diagnóstica, incluindo simulados no formato da prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), adaptados à matriz curricular, e correção instantânea de provas, enviando relatórios com os resultados para gestores escolares e secretarias da educação. Ao todo, o Mira Aula permitiu avaliar provas de 480 mil alunos. Apesar de toda versatilidade, o malogro da Mira Educação espelha as dificuldades que ainda consomem as edtechs no Brasil. A revista **Problemas Brasileiros** solicitou entrevistas com representantes da Mira, mas não obteve retorno. O fechamento da empresa não é novidade para Claudio Sasaki, cofundador da Geekie. Segundo ele: “Aproximadamente 99,9% das startups que surgiram com a gente, em 2011, já não existem mais”. No caminho para a expansão delas, os obstáculos vão

ONDE ESTÃO AS EDTECHS?



SÃO PAULO	43%
MINAS GERAIS	11%
RIO DE JANEIRO	10%
PARANÁ	5%
SANTA CATARINA	5%
RIO GRANDE DO SUL	3%
CEARÁ	2%
PIAUI	2%
BAHIA	2%
PERNAMBUCO	2%
DISTRITO FEDERAL	2%
AMAZONAS	1%
ACRE	1%
PARÁ	1%
MARANHÃO	1%
MATO GROSSO	1%
MATO GROSSO DO SUL	1%
GOIÁS	1%
RIO GRANDE DO NORTE	1%
PARAÍBA	1%
SERGIPE	1%
ESPÍRITO SANTO	1%
RORAIMA	0,27%
RONDÔNIA	0,27%
AMAPÁ	0,27%
ALAGOAS	0,27%
TOCANTIS	0%

do acesso restrito à internet à falta de investimentos em inovação, do acanhado letramento digital dos professores às dimensões continentais do País.

Tudo começa com a falta de incentivos para pesquisa e desenvolvimento: entre 2011 e 2018, o País caiu 17 posições no ranking global de inovação publicado pela Cornell University. Em 2019, o relatório do Global Innovation Index (GII) apontou que o Brasil recuou mais dois pontos, ficando em 66º lugar entre 129 países, e apresenta os piores indicadores entre os Brics – grupo de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Somando gastos públicos e empresariais, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento representam 1,27% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2013, o governo federal destinou R\$ 5 bilhões para engenharia e desenvolvimento tecnológico; em 2017, pouco mais de R\$ 1 bilhão.

Além disso, tecnologia requer acesso online e boa capilaridade. No Brasil, 39% dos domicílios não têm conexão com a internet. Nas classes D e E, esse porcentual atinge 70%, evidenciando desigualdade na inclusão digital. Na Europa, 99% das casas têm um ponto web instalado. No contexto exclusivamente educacional, vale lembrar que, segundo o Censo Escolar de 2017, apenas 46,8% dos colégios públicos brasileiros dispunham de laboratórios de informática e 34,4% não tinham internet. Em 46,5% não havia conexão via banda larga.

Outros gargalos são de ordem cognitiva: no Brasil, tanto alunos como professores ainda não estão preparados para as competências exigidas pelo novo modelo de ensino indicado para o século 21, apontam os especialistas. De um lado, os jovens carecem de *soft skills* (pensamento criativo, resiliência, inteligência emocional), que estimulariam uma “cultura maker”, revertendo o conceito de que o professor é detentor do conhecimento e o aluno, receptor passivo deste saber durante aulas expositivas com poucas chances de

ESPECIALIDADES DAS EDTECHS

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO	61,6%
COLETA DE DADOS E PROCESSOS	18,95%
MONITORAMENTO E GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES	4,94%
DISTRIBUIÇÃO E VENDA DE CONTEÚDO	4,67%
REALIDADE VIRTUAL E AUMENTADA	1,92%
COACHING E PLANEJAMENTO DE CARREIRA	1,64%
FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO	1,37%
ANÁLISE E RELATÓRIOS	1,37%
HARDWARE E DISPOSITIVOS	0,82%
PREPARAÇÃO DIDÁTICA E PLANEJAMENTO DE AULAS	0,82%
SIMULADOS E AVALIAÇÕES	0,82%
DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES PRÁTICAS	0,54%
ENSINO ADAPTATIVO	0,54%

FONTES: ABSStartups e CIEB

participação. De outro, não há entre docentes “a integração da tecnologia à prática pedagógica”, aponta Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida, professora da PUC-SP, lembrando que “o domínio instrumental sozinho não basta; é preciso fazer bom uso no ato de ensinar”. Segundo Thiago Chaer, da Future Education, há ainda o entrave da formação arcaica dos gestores de educação, que, em geral, preferem não correr riscos propondo atualização didática que poderia desagradar aos pais dos estudantes – e assim estará devidamente justificado o viés conservador do ofício de ensinar e aprender no Brasil.

Há, por fim, amarras de ordem econômica: além de arcar com alta tributação e uma burocracia engessada, os empreendedores em educação enfrentam uma epopeia para viabilizar os negócios. “Se as escolas podem comprar cursos de Harvard e fazer parcerias com a Universidade de Stanford, por que comprariam produtos de uma edtech?”, questiona Leticia Menecon, coordenadora da incubadora de negócios da ESPM, apontando como a concorrência que as startups enfrentam pode ser espinhosa. Não bastasse, romper a tradicional hegemonia do mercado de livros escolares no Brasil é outra difícil tarefa.

NOVOS TEMAS

Apesar dos desafios, as edtechs em atividade no Brasil circulam por um mercado em expansão e trazem muitas novidades. A bagagem inclui temas como educação inclusiva, alfabetização de crianças com déficit de atenção, Enem, gestão de projetos, formação de professores em escala, evasão escolar e conexão entre players que trabalham com educação.

Para melhorar os níveis de leitura e interpretação do jovem, a Árvore de Livro oferece suporte pedagógico e plataforma de leitura digital a cerca de 140 mil estudantes dos ensinos fundamental e médio em 380 escolas públicas e privadas de mais de 125 cidades e 23 Estados. Uma das unidades beneficiadas é a Escola Municipal Maria Coraly, em Salto Grande (SP), que comparou os dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil de 2015 (a mais recente) com os dados da sua instituição após a parceria com a edtech. O resultado mostrou que, enquanto a média de leitura nacional no ensino fundamental I chegava a 3,44 livros lidos por aluno, na Coraly, em apenas três meses, a taxa chegou a 6,5. A melhora aconteceu em todas as escolas que incorporaram os serviços da startup. No primeiro semestre de 2019, foram mais de 388 mil livros

lidos, e a média de leitura anualizada por aluno está em 10,4. Apenas a título de comparação, a média de leitura nacional, de acordo com a Retratos da Leitura no Brasil, é de 2,43.

Em matéria de ensino superior, a Innervision montou uma base tecnológica especializada em inteligência artificial para que as universidades analisem o perfil dos alunos e mapeiem aqueles que têm mais tendência à evasão escolar. Já a Kidsa, que atua no segmento de cursos de idiomas, desenvolveu o único aplicativo do mercado que fornece aulas de inglês à geração alpha (nascidos a partir de 2010). O diferencial: conteúdo produzido por educadores e profissionais especializados em entretenimento infantil.

De olho na necessidade de dominar pelo menos uma língua estrangeira, a EduSim desenvolveu o ChatClass, assistente digital de inglês que funciona em WhatsApp, Messenger, Telegram e Hangouts. Sua função é conectar professores, alunos e tutores estrangeiros para a prática do idioma falado. Com o dispositivo, pode-se enviar texto e áudio e receber feedback em tempo real. Segundo a professora Isabel Cação, da rede pública de Itatiba (SP), “o uso do ChatClass em sala dinamiza o aprendizado do idioma: os alunos interagem via áudio e texto e o índice de participação em aula aumenta”. Até mesmo aqueles que não participam muito se mostram mais motivados. “O projeto fala a língua dos estudantes dos dias de hoje, já que eles sempre se comunicam pelo WhatsApp”, explica Isabel, informando que, em média, cerca de 220 áudios são disparados pela turma por aula. A edtech, que já captou mais de R\$ 3 milhões de fundos de investimentos, como o Canary, o Graph Ventures e o Social+Capital, é usada por 100 mil alunos de 15 instituições de ensino.

No caso da Domlexia, o foco são crianças de 6 a 8 anos portadoras de dislexia, facilitando a alfabetização e a aprendizagem. Segundo Cláudia Schiara, coordenadora pedagógica da Escola Municipal D. José Jacinto Cardoso, de Florianópolis (SC): “A oficina desenvolvida na instituição foi muito produtiva e esclarecedora, e a avaliação realizada pelos profissionais da escola, muito positiva”. Segundo ela, várias informações pertinentes à prática com as crianças com dificuldades foram oferecidas, “favorecendo novos olhares”, diz. “De forma didática e agradável, a Domlexia nos apresentou conhecimentos importantes para a prática docente e o trabalho com as diferenças.”

A Somai é a representante oficial no Brasil do robô NAO, criado por franceses. Equipada com câmeras, microfones, alto-falantes e sensores táteis de pressão e sonares, que lhe permitem reconhecer faces e vozes e expressar emoções, a máquina de 57 centímetros é capaz de interagir continuamente, dançando, cantando e conversando. Um verdadeiro achado tecnológico para o aprendizado de crianças com déficit de atenção, síndrome de Down, autismo e portadores de Alzheimer.

&



JOÃO MIRANDA

CEO da Votorantim fala sobre o impacto das mudanças que ocorrerão no ambiente de negócios nos próximos anos e analisa os entraves ao empreendedorismo. Além disso, comenta sobre as necessidades de reduzir o custeio da estrutura do Estado e de tornar a educação instrumento de mobilidade social

entrevista HUBERTO DANTAS | fotos CHRISTIAN PARENTE

Para o CEO da Votorantim, João Miranda, “a ruptura tecnológica leva a olhar para o que importa no negócio”. Em entrevista ao canal UM BRASIL publicada nesta edição de **PB**, ele avalia o ambiente de negócios do Brasil e aponta que o segredo da longevidade empresarial está relacionado com a capacidade de inovar e acompanhar as transformações culturais.

Otimista com o impulso que a educação pode oferecer à sociedade, o executivo alerta, no entanto, para a necessidade de reformas estruturais no País. “O sistema tributário brasileiro é de uma complexidade antidemocrática, porque além da burocracia para se criar uma nova companhia, a quantidade de leis e regulações inibe a inovação e o em-

preendedorismo”. Segundo ele, o impacto dessa burocracia é sentido no acesso do brasileiro ao meio de negócios.

Questionado sobre os próximos cem anos da companhia, Miranda acredita que o futuro reserva desafios mais ambiciosos do que no século passado. E que discussões sobre a diminuição da desigualdade social, o aumento da produtividade e a absorção de mudanças promovidas pela tecnologia estarão sempre no planejamento empresarial. “Acredito muito no preceito liberal no que tange à alocação de recursos e à criação da riqueza, na educação como um grande promotor do progresso individual e acredito que quem pode, tem a obrigação e o dever de promover oportunidade”, defende.

O estudo Doing Business do Banco Mundial analisa o ambiente de negócios em 190 países. O mundo está preparado para falar a mesma língua nesse aspecto?

O conceito do Doing Business é maravilhoso porque se atenta ao ambiente de negócio, ao contexto, ao ciclo, e, ao mesmo tempo, mantém uma coerência e determina quais variáveis contribuem ou não para um bom ambiente de negócio. Eu diria que faz [isso] de uma maneira muito interessante, porque não se limita simplesmente a um conceito antigo de criação de valor; mas sim, impacto e [algum] tipo de compartilhamento. Há muitas diferenças entre regimes políticos, e isso tem uma influência importante no aspecto do compartilhamento, de como se divide o valor gerado. No aspecto do compartilhamento, é muito difícil se falar a mesma linguagem. Há países ainda muito fechados, que não participaram do processo de globalização e ficam em desvantagem em relação aos países que conseguem contribuir para a criação de valor nas cadeias globais. Não apenas de suprimentos, mas em desenvolvimento tecnológico, inovação e criação do conhecimento a fim de reger melhor este mundo, de diminuir a desigualdade.

Então essa desigualdade de condições socioeconômicas de alguns países não é um entrave para que todos pertençam à lógica do Doing Business?

Um dos grandes desafios que hoje o mundo democrático enfrenta é responder a pergunta: “Como se criar bem-estar?”. Se você não consegue criar oportunidades e levar o bem-estar para todos, então qual é o papel da política em uma democracia? Qual é o papel de uma empresa cidadã? Não gosto muito da ideia de que possa existir uma compensação. Não podemos imaginar que se deve fazer uma coisa agora porque o outro fez no passado – da mesma maneira de que quem não teve oportunidade e foi vitimado no passado não deve ser compensado. Segue a mesma linha de raciocínio, como se achássemos que deveríamos explorar a Amazônia de uma maneira não sustentável, porque em algum momento na Europa isso aconteceu.



Quem tem poder econômico ou voz política, mesmo a sociedade civil organizada, deveria a todo momento estar atento a como criamos mais equidade.

Quem tem poder econômico ou voz política, mesmo a sociedade civil organizada, deveria a todo momento estar atento a como criamos mais equidade. Essa equidade faz parte de uma demanda que, socialmente, já percebemos. No Brasil, notamos que já existe um clamor para que os serviços públicos melhorem para todo mundo. Olhar pelo ângulo da equidade no bem-estar é interessante. Como fazer isso? Existem mil formas, acredito muito no preceito liberal no que tange à alocação de recursos e à criação da riqueza e na educação como um grande promotor do progresso individual. Acredito muito que quem pode tem a obrigação e o dever de promover oportunidades.

O que se deve cobrar das empresas no que diz respeito aos valores da igualdade socioeconômica?

Fazer negócio é uma forma importante de assumir o seu papel como empresa cidadã. Tenho um grande privilégio de trabalhar em uma companhia que sempre teve no seu DNA essa percepção de que a nossa inserção como negócio na sociedade não para no momento em que se entrega um produto para um cliente. Precisamos olhar o entorno de uma forma adequada e ajudar em uma medida legítima na promoção de boas políticas públicas – muito até com coisas que a gente sabe: menos política pública e muito mais gestão pública, que ajuda municípios no nosso entorno a melhorar a capacidade, por exemplo, de desenvolvimento de metas, métricas, projetos e acompanhamento. Enfim, tem uma série de maneiras com as quais você pode influenciar positivamente de uma forma muito legítima o setor público. A omissão é uma coisa muito perigosa.

A Votorantim tem escritório na maior cidade do Brasil e também mantém plantas em regiões pouco habitadas. Diante dessa experiência de presença multirregional, como enxerga o sistema tributário nacional?

De fato, vivemos em vários Estados e municípios em território nacional. Importamos, exportamos e estamos em mais de 20 países, portanto entendemos essa complexidade. O sistema tributário brasileiro é de uma complexidade antidemocrática, porque além da burocracia para se criar uma nova companhia, as leis e as regulações – muitas delas complexas e que precisam ser interpretadas para suas aplicações – são inibidoras da inovação e do empreendedorismo. Isso é muito ruim, pois temos um País muito criativo, inovador, em geral otimista e corajoso, ou seja, temos uma veia empreendedora muito grande sufocada por vários aspectos que dificultam o planejamento e a execução. A PEC nº 45 [em tramitação na Câmara dos Deputados] tem alguns benefícios, porque, primeiro, substitui vários impostos e contribuições em uma taxa só. Ela evita esse efeito cascata

que é regressivo, pois acaba pegando produtos de consumo mais da cesta básica com um peso maior na base de consumo da população – e que têm uma carga grande de impostos. No fundo, nós nos alimentamos de impostos, e, na base da nossa pirâmide, isso tem em um peso muito grande.

O ideal seria simplificação, redução da carga tributária ou uma reforma completa?

Um dos grandes receios que todos têm ao entrar numa discussão mais profunda sobre Reforma Tributária é [achar] que você acaba embolando uma questão fiscal de repartição do arrecadado, e não da forma ou da eficiência com que arrecada. A proposi-



ta de simplificação é aquela que melhora a forma de arrecadar, portanto, que não seja regressiva, que estimule o empreendedorismo. Um período de transição muito largo [da reforma] gera uma complexidade ao longo do tempo, mas essa é uma questão menos econômica e mais política. O conjunto do que é arrecadado no Brasil em relação ao tamanho da produção, ao seu PIB, é bastante alto, supera países desenvolvidos, com questões redistributivas bem resolvidas. Para o momento em que chegamos hoje, a nossa carga é muito alta. Junto com a questão da Reforma Tributária, precisamos olhar também para a reforma do Estado, para que exista um equilíbrio. Deveríamos conduzir o

papel do Estado para a essência da oferta dos serviços [públicos], porque é esse o grande contrato social. Duas reformas, nos campos da infraestrutura do País e da administração do Estado, são fundamentais.

Como você vê essa reforma estrutural para a manutenção do Brasil?

Ela tem a ver com diminuir o custeio e ver onde se deve focar. Um programa que leve à privatização de companhias e deixe que o setor privado faça o papel empresarial, que hoje, em parte, é feito pelo Estado. Há outra questão importante: uma reforma administrativa que eleve a produtividade, que vem sendo negativa. O setor público equivale a



A nossa inserção
como negócio na
sociedade não
para no momento
em que se entrega
um produto para
um cliente.

40% do PIB, que anda para trás ou devagar demais, fica muito pesado para os outros 60%. Está na hora de acertar as finanças públicas, pensando que podemos dar um choque de credibilidade e expectativas positivas. Isso seria uma forma de atrair poupança do exterior, trazer capital financeiro combinado com o existente. Se olharmos para o setor de saneamento, por exemplo, podemos privatizar e criar novas concessões. O que não dá para fazer é ficarmos inertes, porque metade da população, hoje, ainda não está bem servida, com água tratada e esgoto. Para que isso aconteça, precisa de muita eficiência, modelo que universalize o serviço. Então, é fundamental captar o maior volume de recursos nesse processo, sejam de privatizações, sejam de novas concessões, e fazê-lo respeitando e criando um modelo de nação que possa oferecer o serviço de saneamento para todos. Isso requer ajustes regulatórios para que ele fique atrativo para investidores e dê a segurança contratual necessária.

A Votorantim completou um século no ano passado. Como vê os próximos cem anos?

Os próximos cem anos trarão um componente de muito mais ruptura, por meio da tecnologia, do que os cem anos passados. Antigamente, na indústria de base, tinha-se a certeza de que certos produtos seriam insumos para muita coisa por muito tempo. Atualmente, não. A transformação, no futuro, vai requerer cada vez mais humildade de empresários, executivos, líderes e políticos. O grande desafio é olhar para frente e ver, sem nenhum pudor, se o produto vai continuar interessante com o tempo. A ruptura tecnológica te leva a olhar para o que importa no negócio. Mesmo setores intensivos em capital financeiro já entenderam, e não é de hoje, que o capital intelectual fará toda a diferença, já faz hoje e fará no futuro. O mundo mudou completamente, o que nos trouxe uma capacidade de antecipar eventos e buscar uma lógica empresarial que compartilhe e que, mais do que só cumprir leis e regulação, se antecipe a demandas sociais – porque, como uma empresa cidadã, é seu papel dar uma resposta a tudo isso. Temos de ser mais intensos nisso e elevar em vários graus a inovação.

Olhando para educação e qualificação, como o País poderia tomá-las como desafio?

A educação nacional tem de se transformar em uma questão de Estado e se tornar menos refém dos governos. Digo isso porque educar uma nação requer muita resiliência e consistência no tempo. Hoje, é possível fazer boa política pública na área de educação baseada em evidência científica, pois a evidência empírica (do que funciona no mundo e no Brasil) é enorme. Chegamos a um ponto em que uma parte relevante da sociedade civil organizada tem desenvolvido esse tipo de conhecimento, tem feito testes, muitas vezes em parceria com governos estaduais e municipais. A própria Votorantim está com um programa de apoio à política pública na área de educação em 104 municípios diferentes. Educar no Brasil é um problema. As crianças do ciclo fundamental, dependendo da região onde moram, às vezes vão à escola para ter o que comer. Reclamamos que o professor falta, mas dependendo de onde mora, ele não chega, porque não tem transporte ou não consegue chegar na hora. São desafios muito relevantes, mas há soluções para uma parte importante de tudo isso. Tem muita coisa que comprovadamente funciona. Por que não se agarrar a elas? Aproveitar que temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) hoje, um tremendo avanço. Olhar para o ensino médio também e para a flexibilização do currículo com uma percepção de que não deve haver vergonha de fazer uma preparação para o mercado de trabalho, porque é digno, na vida adulta, poder se sustentar, construir família, cuidar dos seus, criar mobilidade social. A educação é a base de tudo, ela consegue fazer com que haja mobilidade social, com que se diminuam as desigualdades. Ela, sim, fará com que existam oportunidades para todos. Eu não conheço nada mais potente. Essa é a verdadeira “vara de pescar”.

&

UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

Assista à entrevista na íntegra por meio deste QR code.



BANCOS E FINTECHS PARCERIA PARA MODERNIZAR

As inovações digitais vêm mudando até mesmo uma das indústrias mais tradicionais do País. Tanto que o setor financeiro, altamente concentrado em cinco grandes bancos, transformou antigos concorrentes – as fintechs, startups financeiras – em parceiros e vem adotando operações mais adequadas aos novos hábitos do consumidor. Isso tudo para não ficar para trás na revolução tecnológica que invadiu os diferentes setores da economia.

texto ROSELI LOTURCO

Os números revelam esse movimento de junção. Só em 2019, metade dos R\$ 20 bilhões que as instituições financeiras estão investindo vai para inovações digitais como inteligência artificial, Big Data, *machine learning*, *clouding computing*, Analytics, computação cognitiva e tecnologias de mobilidade, segundo a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). A tendência se reflete também em uma mudança estratégica que desloca a tecnologia – antes, uma área de apoio operacional – para o centro do jogo. “A tecnologia é protagonista da transformação em várias indústrias, e o seu uso é o que faz o diferencial. Virou o *core* do banco”, avalia o diretor de tecnologia do Itaú Unibanco, Ricardo Guerra.

Em um futuro próximo, a indústria terá ainda de encarar o desafio da adoção do *open banking* (“banco aberto”, em inglês), cuja regulamentação está sendo estudada pelo Banco Central (BC) no Brasil e em outros países no mundo. O modelo regulamenta a abertura das APIs (sigla em inglês para “Interface de Programação de Aplicações”) e o compartilhamento de dados financeiros de seus clientes – desde que eles permitam – com plataformas de terceiros.

Na era digital, a tecnologia bancária ganhou contornos associados à experiência do cliente, cada vez mais conectado. Para atender a essa nova demanda, os bancos correm para criar soluções e não perder esse cliente. “A organização precisa identificar as necessidades de mercado e responder rapidamente. Analisar os dados de forma inteligente para compreender cada vez mais o seu cliente”, analisa Guerra. Nessa linha, atualmente, dois terços de todos os novos projetos do Itaú têm a ver com jornada do cliente e são desenvolvidos no modelo *agile*, que conecta vários departamentos para encontrar em curto espaço de tempo soluções de produtos e serviços.

É certo que o surgimento das plataformas digitais, por meio das fintechs, deu um empurrão na transformação tecnológica dessa indústria, que demorou mais do que outras para se digitalizar. “A inovação que elas trouxeram aumentou a pressão sobre os bancos tradicionais, mas a força da mudança de comportamento do cliente foi mais definitiva”, explica o executivo do Itaú. Hoje, a experiência do cliente na utilização dos apps (aplicativos) e do *internet banking* traduz a imagem de cada banco, com forte viés da tecnologia voltada a aplicações para mobilidade e segurança. “Sempre com base em sete eixos principais: *on boarding*, *cyber security*, geolocalização, inteligência artificial, softwares de reconhecimento facial e

de documentos, marketing de performance e *open banking*”, explica Raul Francisco Moreira, diretor-executivo de tecnologia, produtos e operações do Banco Original, um dos primeiros (desde 2016) a aperar de forma cem por cento digital, ou seja, sem agência física.

No Original, a experiência *on boarding* (primeiro contato para abertura de conta) se dá em cerca de dois minutos, segundo o executivo. Já no atendimento ao cliente, o uso de inteligência artificial permitiu que o banco atingisse, em setembro, 1 milhão de pessoas atendidas por mês por um robô. “Há um ano, eram menos de 30% disso. Hoje, 86% dos atendimentos já são por meio de inteligência artificial”, diz Moreira. O Original tem 2,3 milhões de clientes ativos.

PARCERIA INEVITÁVEL

Há pelo menos quatro impactos visíveis que o surgimento das fintechs provocou nos bancos. O primeiro e mais perceptível, segundo especialistas, foi a inovação tecnológica, própria do DNA dessas startups financeiras. Alinhamento relacionado à experiência do cliente é outra herança deixada por elas aos bancos, que foram as primeiras a levantar a bandeira “cliente no centro das atenções”. Depois, vem a transparência na oferta de produtos e o entendimento do porquê eles estão sendo oferecidos. “E a redução de custos por meio do uso de novas tecnologias promove ainda possibilidades de maiores rendimentos no caso de investimentos financeiros”, explica Bernardo Pascowitch, diretor da Associação Brasileira das Fintechs (ABFintechs), entidade que representa mais de 300 fintechs. Um estudo realizado pelo Distrito Fintech em parceria com a ABFintechs identificou 553 empresas de tecnologia bancária em todo o País, em maio de 2019. Para se ter ideia do crescimento do setor, em 2015, eram 56.

AS FINTECHS TÊM MENOS AMARRAS DO QUE UM BANCO, MAS COMO O SEU PODER DE FOGO É LIMITADO, A ASSOCIAÇÃO COM UM GRANDE BANCO LHE GARANTE ESCALA EM PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS

Hoje, a relação entre fintechs e bancos é tida como quase simbiótica. Isso porque as fintechs têm menos amarras do que um banco. E nascem mais livres para solucionar as angústias financeiras dos clientes. Mas como o seu poder de fogo é limitado, estar associada a um grande banco lhe dá escalabilidade para os negócios que busca inovar, independentemente de ser nas áreas de pagamento, crédito, investimentos ou gestão orçamentária e oferta de produtos. Por isso, as iniciativas de colaboração entre as partes são vistas como algo que veio para ficar. “Sem essa parceria, o desenvolvimento tanto dos bancos quanto das fintechs fica prejudicado. Sem elas, o banco perde na corrida da inovação”, avalia Pascowitch. O próprio Nubank, um “unicórnio” e ícone entre as fintechs nacionais, até hoje não é um banco múltiplo. “É uma instituição financeira. A maior fintech do País, mas que precisou de parcerias com outro banco (Safra) para se viabilizar no começo”, conclui Pascowitch.

No grupo dos grandes bancos, o Itaú foi um dos primeiros a deixar de olhar as fintechs como rivais. Ao criar o Cubo, em 2014, um ecossistema de inovação que abriga tanto física quanto virtualmente startups, grandes companhias, investidores e universidades, deu um passo na parceria com esses empreendedores. O resultado foi a geração entre 2017 e 2018 de mais de 1,1 mil contratos entre startups e grandes companhias, que geraram investimentos acima de R\$ 100 milhões e faturamento total dos novos projetos superior a R\$ 350 milhões. “Quando pesquisamos o modelo, lá atrás, o mercado ainda olhava para as fintechs como ameaça, e acho que a sacada do Cubo foi entender que elas são oportunidades, e não ameaças”, destaca o *head* de ecossistema e startups do Cubo, Pedro Prates. Para ele, hoje, todos os grandes bancos entendem o “ganha-ganha” dessa relação. “Isso porque no mundo financeiro as demandas e necessidades dos clientes mudam constantemente, e as

fintechs têm agilidade para resolvê-las com inovação e tecnologia”, avalia Prates. Além disso, o próprio Itaú já absorveu mais de 80 projetos gerados no Cubo.

O Bradesco também se movimentou nesse sentido. Além de criar um ecossistema de inovação similar, o Habitat, foi a primeira grande instituição financeira a operar o seu próprio banco digital, o Next, que atualmente tem 1,3 milhão de correntistas. A expectativa é chegar a 2 milhões nesta virada de ano. São 40 milhões de transações, em média, por mês – ou um movimento financeiro mensal de R\$ 1,5 bilhão. “Cerca de 80% dos clientes do Next não eram da nossa base, 75% deles têm menos de 35 anos. O *churn* (perda de clientes) é de 3%. A menor taxa do mercado. E o Next só tem 19 meses de operação”, exemplifica a diretora-executiva do Bradesco, Walkiria Schirmeister Marchetti. Para ela, investir em tecnologia não é necessariamente um gasto, mas um investimento que se reverte em ganhos financeiro e de eficiência. Uma das formas que encontrou para medir isso é pelo indicador de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) do banco, que saiu de 18,2%, no primeiro semestre de 2017, para 20,6%, no primeiro semestre de 2019. Com orçamento de R\$ 6,3 bilhões para tecnologia no ano passado, um terço deste total vai para desenvolvimento de novos projetos e plataformas digitais.

EVOLUÇÃO DAS TRANSAÇÕES BANCÁRIAS POR CANAL

Os canais digitais ganharam a preferência do consumidor nos últimos cinco anos, sendo o celular, disparado, o mais utilizado nas transações financeiras. Sozinho, os smartphones foram responsáveis por 31,3% do total de operações realizadas no ano passado. Em 2014, representavam menos de 5%. Se somado ao *internet banking*, ao POS (máquinas no ponto de venda no comércio) e às ATMs (máquinas de autoatendimento), os canais eletrônicos saltaram de 40% em 2014 para quase 70% ao fim de 2018.

- MOBILE BANKING
- INTERNET BANKING
- POS (PONTOS DE VENDA NO COMÉRCIO)
- ATM (AUTOATENDIMENTO)
- CORRESPONDENTES BANCÁRIOS
- AGÊNCIAS BANCÁRIAS
- CONTACT CENTERS



FONTE: Febraban

tiu, em 2018, R\$ 1,5 bilhão em TI, excetuando os gastos com infraestrutura tecnológica.

A VEZ DAS FINTECHS

Nos últimos quatro anos, o número de fintechs operando no País se multiplicou por 10. A Nexoos, plataforma de investimentos P2P (em inglês *peer-to-peer*, que significa “par a par”), é uma delas. Surgiu em 2016 como um *hub* de aplicações financeiras em que pessoas físicas emprestam dinheiro para pequenas e médias empresas. O foco era atrair investidores em busca de diversificação de ativos e de maior rentabilidade financeira e que topem assumir mais risco. Para o tomador de crédito, o diferencial é a ausência dos altos juros bancários. O modelo começou nos Estados Unidos há pouco mais de oito anos, só chegou no Brasil há três e foi regulamentado pelo BC em 2018.

Fisgado pela nova onda das plataformas de investimentos, o empreendedor Agnus Garcia, de 41 anos, começou a investir em produtos mais conservadores quando tinha 20 anos. Foi evoluindo até chegar, há pouco mais de dois anos, na Nexoos. “Como a taxa Selic estava caindo, comecei a buscar investimentos alternativos para diversificar. E vi que a Nexoos tinha recebido investimento da Porto Seguro, o que passou credibilidade, porque tinha chancela de empresa séria. Resolvi fazer um teste na nova plataforma”, relembra Garcia, cuja primeira rodada de empréstimos foi de R\$ 8 mil divididos em quatro empresas. Um ponto positivo desse tipo de investimento, na opinião do empreendedor, é que se sabe logo de cara quanto vai receber e quando. No caso dele, o prêmio era de 0,85% ao mês durante dois anos. Como a experiência lhe pareceu boa, o empreendedor foi ampliando as aplicações e, de lá para cá, foram 24 empréstimos, dos quais oito já foram quitados, três estão inadimplentes e 13, adimplentes. Uma das empresas que deu o calote entrou em concordata. Ainda assim, considera que vale a pena e pretende continuar a apostar nessa modalidade de investimentos. “No fim das contas, compensou em relação ao retorno que tive mesmo com a inadimplência e também em relação a outros produtos de renda fixa do mercado. Mas isso porque fiz o investimento em várias empresas, o que serve de mitigador de risco”, conta Garcia, que agora quer mudar de lado dentro da plataforma. “Pretendo tomar empréstimo para ampliar a minha empresa e aumentar a produtividade e a capacidade operacional.”

Hoje, existem mais de 40 mil investidores que já emprestaram cerca de R\$ 300 milhões a 2,6 mil empresas. A meta é chegar até o fim de 2020 com R\$ 1 bilhão em transações e 10 mil empresas. O mínimo necessário para investir na plataforma é de R\$ 2 mil, e o máximo permitido pelo BC, de R\$ 15 mil.

A Fliper, que criou uma plataforma de consolidação automatizada de investimentos e auto-gestão financeira, quer atuar tanto com pessoas quanto com bancos. É uma das poucas do mercado a conectar bancos com corretoras para mapear – com permissão e senha – todos os dados financeiros do cliente. Com isso, gera gráficos evolutivos de patrimônio comparando rentabilidade dos fundos de investimentos de diferentes instituições que o cliente usa. “O que existe são plataformas gerenciais de investimentos que não se conectam com bancos e corretoras. A nossa faz isso com tecnologia de conectividade bancária. Vamos usar também *machine learning* em recomendações de investimentos”, afirma o fundador da Fliper, Renan Georges. A plataforma tem 35 mil usuários e R\$ 3,5 bilhões em patrimônio financeiro gerenciado. Pretende chegar ao fim de 2019 com 60 mil pessoas e R\$ 6 bilhões em ativos na plataforma.

Mas há quem discorde dessa necessidade simbiótica entre bancos e fintechs. A Acesso, em operação desde 2010, não tem parceria nem banco em seu radar. Oferece processamento e gestão de cartões pré-pagos, conta-corrente e serviços financeiros para emissão e pagamento de boleto, transferência de dinheiro, carga de celular e recarga de bilhete único. Foi pioneira como instituição não financeira a ter licença para operar com bandeira de transação aberta. Para a Acesso, tudo o que uma fintech faz deve ser melhor do que o banco por meio do impacto tecnológico. “Uma fintech tem de ter capacidade de escalabilidade e eficiência tecnológica para que tenha agilidade de negócio pelo menos 30 vezes mais do que os bancos”, defende Davi Holanda, CEO da Acesso. A empresa, que transacionou R\$ 1,5 bilhão e faturou R\$ 50 milhões em 2018, quer chegar a R\$ 2,1 bilhões ao fim de 2019, com receita entre R\$ 60 milhões e R\$ 70 milhões. “O negócio da fintech não é disruptivo de produto, mas eficiência, tecnologia e valor de entrega para o cliente mantendo as margens atuais”, complementa Holanda.

&

L

LGPD E SEU IMPACTO PARA AS EMPRESAS

Em agosto de 2020, entrará em vigor a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de n.º 13.709/2018. Trata-se de um importante marco para o ordenamento jurídico brasileiro, que, até então, tinha leis esparsas a respeito do tema. A LGPD trouxe princípios, direitos e obrigações relacionadas ao uso de dados pessoais em uma clara preocupação com a proteção dos titulares dos dados em todos os setores da economia e da sociedade. Com a vigência dessa legislação, todas as pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado deverão se adaptar aos preceitos da norma de proteção de dados. Ficam excluídos da tutela da lei os tratamentos realizados por particulares com finalidades domésticas.

Ao longo do processo de discussão no Congresso Nacional, o texto da lei sofreu alterações importantes até alcançar a atual redação. A última versão traz novidades bastante significativas ao setor. A Lei n.º 13.853/2019, que alterou a LGPD, instituiu a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que traz entre suas atribuições a prerrogativa de editar normas, orientações e procedimentos simplificados e diferenciados, inclusive quanto aos prazos, para que microempresas e empresas de pequeno porte, bem como startups

ou empresas de inovação, possam se adaptar a ela. Essa alteração veio ao encontro das reivindicações da FecomercioSP e poderá facilitar o processo de adequação das empresas à LGPD. Isso porque a ANPD vai poder facilitar as condições às microempresas e às empresas de pequeno porte, que não têm o mesmo orçamento de empresas maiores.

Ainda não é possível saber ao certo como será a atuação da ANPD. No entanto, a lei prevê uma atuação preventiva e disseminadora de boas práticas envolvendo o tratamento de dados. Assim, seria prudente que, em um primeiro momento, a função sancionatória não se sobrepujasse à função preventiva até que as diretrizes elaboradas pela autoridade sejam estabelecidas e divulgadas. Contudo, não obstante a isso, é importante que todas as instituições estejam preparadas em relação ao cuidado com o tratamento de dados pessoais.

Para que esse processo seja efetivo, é preciso que se estabeleça uma estrutura de governança em proteção de dados em que todos os colaboradores de uma organização estejam engajados. Sem essa participação, um excelente programa de adaptação pode se tornar ineficiente. Portanto, é essencial criar uma política de proteção de dados contendo todos os preceitos da governança a ser instituída na organização. Na elaboração dessa política, deverão constar diretrizes; procedimentos internos; padrões de resposta a incidentes; avaliações de riscos de novos projetos; atualizações de mapeamento; classificação dos dados pessoais; procedimentos de exclusão de dados; e outros pontos que a instituição considerar relevantes. Esses elementos devem estar na política de privacidade para nortear os colaboradores envolvidos com o tratamento de dados pessoais.

Ainda em relação à governança, é importante atribuir responsabilidades e incumbências internas para que haja controle sobre a efetividade do programa. Treinamentos de todos os colaboradores sobre a política de privacidade da organização também são necessários para garantir o sucesso do programa de adaptação.

A LGPD dispõe, em seu artigo 37, que o controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que executarem. Essa é uma atividade bastante trabalhosa, mas que pode trazer um positivo processo de autoconhecimento, sendo um ótimo ponto de partida para a adequação.

É PRECISO QUE SE ESTABELEÇA UMA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA EM PROTEÇÃO DE DADOS EM QUE TODOS OS COLABORADORES DE UMA ORGANIZAÇÃO ESTEJAM ENGAJADOS

Ainda na conformidade, é imprescindível fazer um mapeamento do tratamento de dados feitos na empresa, considerando os dados em todo o seu ciclo de vida: desde a coleta, os usos e as transferências até o descarte. Esse processo é chamado de *data mapping*. Nele, é possível identificar se há excessos nos tratamentos ou se somente os dados necessários foram coletados para a finalidade proposta. Pode-se, com ele, ter a percepção se as bases legais usadas são adequadas para determinadas finalidades ou se não há base que justifique o tratamento do dado coletado. Por fim, o mapeamento permite identificar os principais focos de riscos no tratamento de dados de cada organização e que demandam mais cuidados e ações.

A LGPD prevê a obrigatoriedade de a empresa indicar o encarregado pela proteção de dados pessoais (Data Protection Officer – DPO), que poderá ser uma pessoa natural ou jurídica e será o ponto de conexão entre a empresa, os titulares dos dados pessoais e a ANPD. A lei não exige, mas é essencial que o encarregado tenha bons conhecimentos jurídicos e de tecnologia da informação para que haja a correta convergência entre a política de privacidade estabelecida na organização e a LGPD. O DPO deve poder transitar bem em todos os setores da organização e ter bom relacionamento com profissionais desses setores, conseguindo, assim, suporte das mais diversas áreas da empresa.

Ponto importante a ser enfrentado pelas empresas é o tratamento de dados coletados antes do início de vigência da lei. A primeira constatação é que o tratamento desses dados também deva estar em conformidade com a LGPD. Assim, mesmo que os dados já estivessem em poder da instituição quan-

do da vigência da lei, é preciso que exista uma base legal que justifique sua manutenção. Caso contrário, o dado deve ser eliminado.

Um erro comum que muitas empresas cometem nesse processo é focar todos os seus esforços em determinada área que imaginam ser a principal fonte de tratamento de dados, como a de TI. Como já foi dito, a Lei Geral de Proteção de Dados abrange toda e qualquer atividade que envolver tratamento de dados, analógicos ou digitais. Assim, a empresa deve cuidar para que a adequação seja direcionada também a todas as outras áreas que coletarem ou tratarem dados pessoais, como marketing, RH, jurídico, *compliance*, vendas, relacionamento com clientes, SAC, etc. Mesmo uma empresa que tenha se dedicado a uma boa adaptação não estará imune a incidentes de segurança. No entanto, tomando as devidas precauções, essa vulnerabilidade pode ser sensivelmente minimizada. Na verdade, uma empresa preparada saberá inclusive como minimizar os efeitos desses incidentes.

O processo de adequação à LGPD pode parecer complexo, mas é mandatário, já que a vigência da lei é uma realidade que se aproxima de forma irrefutável. No entanto, com disciplina, cuidado constante, organização e método é possível fazer com que a instituição esteja em conformidade com os preceitos da lei da melhor forma possível.

&



RENATO OPICE BLUM,
RONY VAINZOF E
ANA MARIA RONCAGLIA

Renato Opice Blum é presidente do Conselho de Comércio Eletrônico da FecomercioSP, mestre pela Florida Christian University, advogado, economista e professor coordenador dos cursos de Proteção de Dados e Direito Digital do Insper

Rony Vainzof é vice-presidente do Conselho de Comércio Eletrônico da FecomercioSP, sócio da Opice Blum, coordenador e professor do MBA em Direito Eletrônico da EPD, diretor do Departamento de Defesa e Segurança da Fiesp e coautor dos livros: LGPD – Comentada (2019) e Comentários ao GDPR

Ana Maria Roncaglia é advogada, certificada pela Exin em Privacy and Data Protection Foundation e mestranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

educação.

**NÃO PERCA!
ACABAMOS DE ASSINAR
A LISTA DE PRESENÇA
NO FUTURA.**

Muito em breve, **UM BRASIL** estreia uma nova temporada de entrevistas no Canal Futura sobre a educação no País.

São 13 episódios com especialistas abordando o protagonismo nas escolas; as iniciativas independentes; as habilidades e as competências dos educadores; o envolvimento das comunidades; as melhores práticas aqui e no exterior; a importância dos indicadores; a tecnologia nas salas de aula; as medidas para superar nosso baixo desempenho na área; e os impactos do cenário atual para a economia e a sociedade.

**ENTÃO, VAMOS APRENDER MAIS
SOBRE A NOSSA EDUCAÇÃO?**

PARTICIPAÇÃO DE

Stéphanie Habrich
Pilar Lacerda
Braz Nogueira e Helena Singer
Ana Kuller e Danilo Costa
Dagmar Garroux
Solange Petrosino e Maria Cristina Forti

**UM
BRASIL**

UMA INICIATIVA

FECOMERCIO 

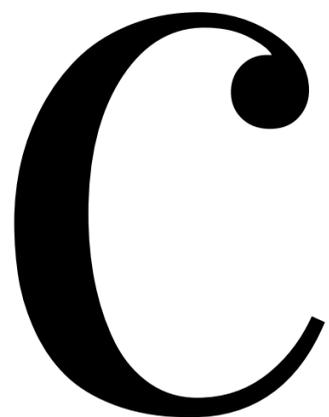
www.umbrasil.com

    @canalumbrasil

PIAUI ARQUEOLOGIA, POBREZA E ENERGIAS RENOVÁVEIS

Após ter sido duramente atingido pelos efeitos da recessão brasileira nos últimos cinco anos, interrompendo um ciclo de crescimento que ocorria desde 2000, o Estado do Piauí aposta no potencial das energias renováveis, nas exportações de grãos, no turismo e na mineração para reaquecer a economia. Mas há desafios a serem vencidos, como as precárias condições de saneamento e a falta de infraestrutura.

texto GUILHERME MEIRELLES



Cantado em versos por Caetano Veloso, quem hoje visitar o Piauí vai desfrutar muito além da “cajuína cristalina em Teresina”. Para quem não sabe, a cajuína é a bebida-símbolo da capital piauiense e classificada como patrimônio cultural do Estado. Assim como a tradicional iguaria não alcoólica extraída do suco de caju, o Piauí conta, hoje, com outras referências e atrações que o diferenciam no País, como o Parque Nacional da Serra da Capivara, considerado pela Unesco patrimônio cultural da humanidade, em razão de seu inusitado acervo arqueológico e diversos parques de energias eólica e solar, que colocam o Estado entre os maiores produtores nacionais de energia renovável, de acordo com os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), além dos atrativos naturais do Delta do Parnaíba, que, com a configuração semelhante a uma mão aberta, é um fenômeno da natureza só encontrado no Rio Nilo, (na África), e no Rio Mekong, no Vietnã. “O litoral do Piauí tem apenas 66 quilômetros. Se fosse maior, seria covardia”, diz, orgulhoso, o presidente da Fecomércio-PI, Valdeci Cavalcante, .

Com 224 municípios espalhados em 251.577 quilômetros (equivalente à Guiné e ao Reino Unido), o Piauí tem uma população de apenas 3.264.531 habitantes, o que gera uma densidade demográfica de 12,98 habitantes por quilômetro

quadrado, colocando o Estado na 18ª posição no ranking nacional. Mais de um terço da população está concentrada em Teresina e Parnaíba, com 864.845 habitantes e 153.078 habitantes, respectivamente, segundo estimativa do IBGE (2016) o que possibilita o potencial de crescimento em diversas áreas ainda inexploradas, principalmente por meio da plantação de grãos e da mineração, em áreas localizadas ao sul do Estado.

De acordo com a obra *Piauí: trajetória e transição econômica*, dos economistas Marcio Pochmann e Alexandre Guerra, no período entre 2002 e 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) local acumulou expansão de 72,7%, o que equivale a um crescimento médio anual de 4%. No mesmo período, o PIB nacional acumulou alta de 40,6% – o equivalente a 2,5% de crescimento anual. O principal motivador foi a produção industrial, com 133,2% de alta; seguida pelo setor de serviços, com 51,8%, e do agronegócio, com 0,4%. Desde a implantação do Plano Real, em 1994, até 2014, o PIB per capita cresceu 31%, mas a partir de 2015, com a recessão, o círculo virtuoso se encerrou e o índice recuou para 21,1% – refletindo o impacto da crise. Dados do IBGE de 2018 atestam que o PIB per capita do Piauí é o segundo pior do País, só perdendo para o do Maranhão.

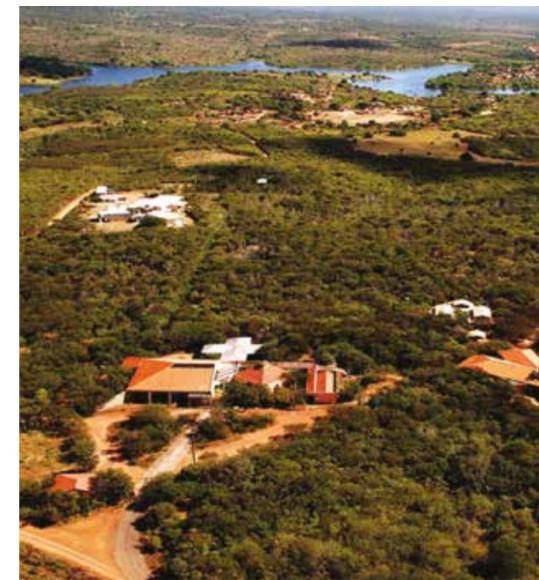
De acordo com estudo da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Cepro), após um crescimento do PIB da ordem de 5,3% em 2014, o índice recuou 1,1% no ano seguinte e desabou 6,34% em 2016 (os números de 2017 e 2018 ainda não são conhecidos). Fazendo um recorte entre 2011 e 2016, a taxa média anual foi de 1,4%, enquanto o País cresceu a uma média de 2,4% – o que comprova a dificuldade de recuperação do Estado em curto prazo.

Na área do comércio varejista, responsável por 15% do PIB estadual (dados do IBGE/2016), por exemplo, os números não foram alentadores no primeiro semestre. De acordo com o relatório Conjuntura Econômica e Social, elaborado pela secretaria estadual de Planejamento e pela Fundação Cepro, o setor registrou uma queda de 8,7% no primeiro semestre e, no acumulado dos 12 meses (junho 2018 a junho 2019), a retração foi de 6,3%. Para o presidente da Fecomércio-PI, os números não podem ser analisados como um indicador de baixa atividade econômica do varejo. “A metodologia atinge somente os pequenos comerciantes e não abrange as grandes redes de atacarejo, que hoje, são responsáveis pelo maior movimento do comércio”, ele afirma. Segundo Cavalcante, esti-



Fotos: CCOM - PI

A geração de energia solar no Piauí coloca o Estado na terceira posição nacional, atrás apenas da Bahia e de Minas Gerais. No turismo, são atrativos turísticos as praias e a Serra da Capivara, que abriga 1,3 mil sítios arqueológicos e paleontológicos



ma-se que haja cerca de 98 mil atividades comerciais no Estado, das quais apenas 50% estão registradas. A informalidade, diz Cavalcante, deve-se às dificuldades impostas pelo governo estadual e pelas prefeituras, que teriam criado um aperto fiscal nos últimos anos para compensar a perda de arrecadação em razão da crise. “Na capital, é muito caro obter um alvará, o que desestimula o empreendedorismo formal”, ressalta.

BONS VENTOS

Por causa de sua configuração geográfica e climática, o Piauí possui as condições ideais para o desenvolvimento de projeto em energias renováveis, tanto solar como eólica. No Nordeste, a radiação global média é de 5,9 quilowatt-hora por metro quadrado, enquanto na Região Sul é de 5 quilowatt-hora por metro quadrado, segundo estudo da Absolar. “Temos sol e vento em abundância nos 12 meses do ano, e estas condições têm despertado o interesse de capital estrangeiro. Os estudos prévios de viabilidade levaram dois anos e todos apontam uma regularidade no grande potencial”, afirma o secretário estadual de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis, Howzembergson de Brito Lima.

De acordo com ranking elaborado pela Absolar, com base em dados da Aneel, o Piauí ocupa a terceira posição em potência instalada, com

278,2 megawatts e nove usinas, atrás apenas da Bahia (669,9 megawatts e 26 usinas) e de Minas Gerais (666 megawatts e 26 usinas). A segunda maior usina solar do País está no Piauí, no município de Ribeira do Piauí, na região semiárida do Estado. O Parque Solar Nova Olinda pertence ao grupo italiano Enel Brasil e conta com 930 mil painéis solares, distribuídos em 690 hectares (equivalente a 700 campos de futebol). Hoje, a capacidade instalada é de 292 megawatts.

A expectativa é que o Piauí cresça ainda mais nos próximos anos. Em janeiro, o mesmo Grupo Enel anunciou investimentos de R\$ 1 bilhão na construção de um parque solar nos municípios de São Gonçalo do Gurgueia e Lagoa do Barro. Quando concluído, segundo comunicado da empresa, irá se tornar o maior parque solar do mundo, com geração de 360 gigawatts por ano, distribuídos em nove subparques, o que evitará a emissão de 207 mil toneladas de CO² na atmosfera.

No setor de energia eólica, o Piauí ocupa a quinta posição no ranking nacional da Aneel, com 1.638 megawatts instalados e 60 usinas em operação. Assim como na energia solar, o segundo maior parque nacional de energia eólica está situado no Piauí, na Chapada do Araripe, na divisa com Pernambuco. De propriedade da empresa Casa dos Ventos, o Conjunto Araripe III é formado por 14 parques eólicos, com 156 aerogeradores e uma potência instalada de 360 megawatts. O projeto está em ampliação, o que propiciará ao Piauí saltar para a terceira posição no ranking até o fim de 2019. De acordo com estimativa do governo estadual, estão previstos investimentos de R\$ 4,5 bilhões nos próximos anos, com a instalação de 26 novas usinas até 2023, o que deverá acrescentar mais 735 megawatts à capacidade instalada no Estado. Segundo Lima, a distribuição de energia está assegurada em função dos leilões já realizados, nos quais a espanhola Celeo Redes Brasil compromete-se a investir cerca de R\$ 1 bilhão em linhas no norte do Estado.

Prevista para ocorrer no fim de 2019, a visita de comitiva formada pelos nove governadores do Nordeste – entre eles, Wellington Dias (PT) – a cinco países europeus (Itália, Espanha, Bélgica, França e Alemanha) tem o objetivo de prospectar novas oportunidades de investimento na região. Batizado como “Consórcio Nordeste”, o bloco foi anunciado em julho com o objetivo de promover iniciativas em conjunto sem que haja dependência de recursos do governo federal. Segundo o secretário estadual do Planejamento,

NIÈDE GUIDON



Marcus Leoni/Folhapress

Quais foram as impressões sobre o Piauí em sua primeira visita?

Em 1963, recebi as primeiras informações sobre as pinturas da região da Serra da Capivara, mas a chuva tinha levado uma ponte, e não consegui chegar. Voltei somente em 1970, vi a beleza da paisagem e conheci os primeiros cinco sítios. A região era muito pobre e isolada, mas as pessoas nos receberam com a característica própria do piauiense, muito acolhedora. A falta de recursos era tanta, que lembro de uma vez em que uma senhora me pediu desculpas porque não tinha água para me oferecer. Por outro lado, saí convencida de que a riqueza arqueológica era única.

Como surgiu a Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm)?

Em 1979, foi criado o Parque Nacional Serra da Capivara. Mas a implantação efetiva demorou em chegar. A região virou “terra de ninguém” e a caça se intensificou, assim como a retirada ilegal de madeira. Formamos uma equipe multidisciplinar e, em 1986, criamos a Fundação Museu do Homem Americano.

Quando foi fundado o museu e como se mantém?

O museu foi inaugurado em 1998 com recursos federais, construído em várias etapas. Foi atualizado em várias ocasiões, a última em 2009 com apoio da CEF (Caixa Econômica Federal) e do governo do Piauí. O anexo, chamado “Centro Cultural Sérgio Motta”, que abriga as reservas e os laboratórios, foi inaugurado em 1999, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Há no acervo mais de um milhão de peças. Temos 30 funcionários para manutenção, administração e pesquisa. Os recursos provêm da venda de ingressos, de um convênio com a Univasf e dos diferentes projetos de pesquisa da Fumdhm. Já tivemos o apoio da Petrobrás. O Governo do Estado do Piauí está prestes a renovar a parceria.

Quais as principais dificuldades nos últimos anos?

Desde o fim dos repasses da Petrobras, a principal dificuldade é a irregularidade na liberação dos recursos para a manutenção do parque.

Para isso, hoje, a Fumdhm mantém parcerias com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o governo do Piauí. Quase sem patrocinadores privados, o dia a dia da manutenção e da conservação se vê dificultado.

Como a senhora define a importância do conjunto arqueológico do parque e dos museus para o Piauí?

É um conjunto único no mundo: um parque nacional, patrimônio cultural da humanidade, e dois excelentes museus. O que falta para atingir um número elevado de visitantes são investimentos em hotelaria, transporte e acesso à região. Isso está fora de nosso alcance. Em 2018, o Museu do Homem Americano recebeu 20 mil visitantes e, desde a inauguração do Museu da Natureza, esses números só aumentam.

Como foi criado o Museu da Natureza?

O museu foi inaugurado em dezembro de 2018, com recursos do fundo perdido do BNDES, que liberou R\$ 13,7 milhões. O museu não tem patrocínio e vem sendo autossustentável. Já tivemos 40 mil visitantes em menos de dez meses. Trata-se de um prédio de 4 mil metros quadrados, com exposição permanente com 1,7 mil metros quadrados, que conta a história desde o Big Bang por meio das mudanças climáticas. Conta com muita tecnologia aplicada e os inúmeros vestígios originais fazem muito sucesso. Percebo que os piauienses estão visitando muito mais a região desde a inauguração do Museu da Natureza. Isso é muito bom!

Na inauguração do Museu da Natureza, a senhora disse que iria se aposentar, mas, aos 86 anos, continua firme. Quais são seus planos?

Já me aposentei. Desde 1º de agosto não sou mais diretora-presidente da Fumdhm. Mas continuo aqui observando o que é feito.

Qual o legado que a senhora irá deixar para o Estado do Piauí?

Quem deixou um maravilhoso legado foi o homem pré-histórico. Eu não fiz mais do que criar uma equipe, trabalhar duro e brigar bastante para valorizá-lo.

O PIAUÍ ABRIGA O PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA, ONDE SE ENCONTRA A MAIOR E MAIS ANTIGA CONCENTRAÇÃO DE SÍTIOS PRÉ-HISTÓRICOS DA AMÉRICA LATINA

Antonio Neto, existem graves desafios a serem superados nas áreas de saneamento, coleta e reciclagem de resíduos sólidos. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C), 26% da população não têm água encanada, metade não conta com coleta de lixo e 93% das casas não estão ligadas à rede de esgoto (na média nordestina, a taxa é de 55,4%). Esse quadro coloca o Piauí na última posição na Região Nordeste. Mas, no setor da segurança pública, que afeta em especial os vizinhos Ceará e Maranhão, o Estado tem conseguido resultados animadores. “O Piauí é o menos violento do Nordeste. Temos uma gestão que prioriza o controle das divisas com os Estados vizinhos para conter a presença de facções do crime organizado. Desenvolvemos, nos últimos anos, um modelo de gestão nos presídios, em que presos de alta periculosidade não convivem com detentos de baixa periculosidade”, pontua o secretário. Segundo dados do Ministério da Justiça, em 2019, o Piauí teve a sexta menor taxa de mortes violentas do País, com 18,9 para 100 mil habitantes; em 2014, a relação era de 23 casos.

Com ênfase em políticas sociais, o governo estadual tem como meta elevar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), critério estabelecido pela ONU para medir a qualidade de vida da população. O objetivo é fazer com que o IDHM alcance 0,859 (classificado como “muito

bom”) em 2030. Atualmente, o índice medido é de 0,6466 (dados de 2010 do IBGE), considerado como “médio”. Apesar do viés de alta, na comparação entre os Estados brasileiros, o Piauí ocupa a 24ª posição, acima apenas do Pará, do Maranhão e de Alagoas. Na década de 1990, girava em torno de 0,4 – o que equivale a “muito baixo”, segundo os critérios internacionais.

Ao contrário de Estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a situação fiscal está bem administrada, segundo o secretário. “Nunca atrasamos salários do funcionalismo”, diz ele. Segundo relatório do Tesouro Nacional, anunciado em agosto, o Piauí foi o único Estado brasileiro a melhorar a sua situação fiscal em relação ao ano passado, evoluindo da nota C para a nota B. Segundo o critério federal, somente os Estados com notas A e B podem contrair empréstimos de bancos e outras entidades com garantia da União. O único a receber a nota A foi o Espírito Santo. Ao lado do Piauí estão Acre, Pará, Paraíba, Paraná e São Paulo.

Um grande gargalo logístico de décadas é a finalização da Ferrovia Transnordestina, que tem 396 quilômetros previstos no Piauí e teria capacidade para escoar cerca de 14 milhões de toneladas e gerar 4 mil novos empregos no Estado. Apenas em 2019, a previsão é que a safra de soja atinja 2,5 milhões de toneladas, e a de milho, 1,7 milhão de toneladas. Hoje, praticamente

tudo o transporte é feito pela BR-343, que corta todo o Estado, com interligação para o Ceará.

TURISMO AMBIENTAL

Região ainda pouco conhecida da maioria dos brasileiros, o Piauí reserva surpresas inesquecíveis para os turistas. Mas o Estado sofre com a precariedade da infraestrutura aérea. Segundo Neto, a privatização do aeroporto Senador Petrônio Portela, em Teresina, está prevista para o segundo semestre de 2020. Localizado no município de São Raimundo Nonato (a 576 quilômetros de Teresina), o Parque Nacional da Serra da Capivara reúne a maior e mais antiga concentração de sítios pré-históricos da América Latina, com enorme acervo ao ar livre de arte rupestre em cavernas e vestígios da presença humana, que podem ter 50 mil anos. São 130 mil hectares, com mais de 1,3 mil sítios arqueológicos e paleontológicos, dos quais 200 estão aptos para receber turistas. As descobertas partiram da iniciativa da historiadora e arqueóloga paulista Niède Guidon [ver entrevista nesta reportagem], que se tornou uma referência mundial no estudo das civilizações pré-históricas. O parque recebe cerca de 20 mil visitantes por ano, segundo Niède, que visitam também os dois museus.

Na mesma região, podem ser visitados o Museu do Homem Americano e o recém-inaugurado Museu da Natureza. A principal dificuldade para expandir o turismo na região é a precária estrutura hoteleira e as dificuldades logísticas – o aeroporto mais próximo fica em Petrolina (PE), a cerca de 300 quilômetros de distância.

Para quem não abre mão de sol e mar, as melhores opções estão concentradas no município de Parnaíba, onde está situado o Delta do Parnaíba, que forma um arquipélago com 2,7 mil quilômetros quadrados, com mais de 70 ilhas. O Delta fica entre dois conhecidos pontos turísticos: a praia de Jericoacoara (CE) e os Lençóis Maranhenses (MA), o que facilita o acesso para quem utiliza o transporte rodoviário. O município conta com uma razoável rede de hotéis e pousadas, mas a vida de quem vem de outras regiões não é nada fácil. No Sudeste, há um único voo semanal, que sai do aeroporto de Viracopos (Campinas) para o aeroporto de Parnaíba.

&



RACISMO COMO FORMA DE PODER

entrevista RENATO GALENO | fotos CHRISTIAN PARENTE

Quais são as diferenças conceituais entre preconceito e discriminação?

O preconceito é uma ideia preestabelecida, uma captação do imaginário social e a transferência para certos aspectos da realidade, a exemplo de quando suponho que pessoas negras são naturalmente habilidosas em esportes como futebol e basquete, ou asiáticos são melhores em matemática. Se o preconceito leva a crer que pessoas brancas são mais aptas a desempenhar papéis de liderança, acaba funcionando como vantagem a grupos sociais. O preconceito trabalha com estereótipos. Já a discriminação é um ato de poder. Discriminar é separar, estabelecer diferenças. Ela pode ter como motivação a raça, mas ela não é necessariamente racial; há a discriminação sexual, por exemplo.

E o conceito de racismo?

O racismo envolve discriminação e preconceito de modo sistêmico: há a formação de um sistema de discriminação e de preconceito que se volta justamente para as pessoas que pertencem a certos grupos. O racismo é um processo histórico e político dentro do qual são atribuídas vantagens sociais a certos grupos e desvantagens a outros. Pode acontecer independentemente de existir ou não a violência explícita. Raça, diga-se, não é algo natural. O conceito inexistente na antropologia.

Para combater o racismo, é necessário entender sua gênese e seu papel como fiel da balança entre o poder e os controles social, econômico e jurídico. Em entrevista ao UM BRASIL, o jurista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Silvio Luiz de Almeida aponta as armadilhas que levam a sociedade brasileira a discutir o racismo apenas como ato individual, sem incluir a questão na política pública.

A raça passa a existir a partir do momento em que há a cristalização de preconceitos com base em comportamentos esperados de certos grupos de pessoas.

Qual é a distinção entre racismo estrutural e racismo institucional?

O racismo cria vulnerabilidades. E também poder. Todo racismo é estrutural. Para uma estrutura social funcionar, é necessário que existam instituições que reproduzam comportamentos, transformem o indivíduo em sujeito, que vai naturalizar a existência de raça e de certos limites jurídicos estatais. As instituições funcionam dentro da estrutura. Portanto, para combater o racismo, é preciso mudar a instituição, com o estabelecimento de ações afirmativas e mudança nas disputas de poder dentro da instituição, de maneira que os conflitos sejam negociados. Se as socialmente consideradas minorias participarem, isso acaba distensionando a dinâmica institucional, embora a estrutura continue reproduzindo a raça como um parâmetro de sociabilidade. Quando falo que existe um racismo institucional, estou falando apenas de uma faceta do racismo. Este é sempre visto como um uma irracionalidade ou ilicitude comportamental. E qual é a solução? É jurídica, no sentido de que se criminaliza ou faz a pessoa pagar indenização por dano moral. Ou a saída é pela educação,

ao estabelecer programas educacionais para conscientizar as pessoas de que o racismo é algo muito ruim. O problema é que esse sistema não é uma manifestação da irracionalidade ou um comportamento desviante. É o normal da vida social. Imagine se em um daqueles *reality shows* de TV nos quais as pessoas ficam confinadas dentro de uma casa durante muito tempo, os participantes fossem 15 negros e cinco brancos? Seria um escândalo. Nós nos habituamos à desigualdade porque somos socialmente constituídos para associá-la a certos grupos sociais, como negros, indígenas, ciganos e mulheres. A raça e o gênero dizem respeito ao próprio processo de construção das identidades sociais.

Quando surgiu o conceito de raça?

A ideia de raça tem certidão de nascimento. Ela começou a ser gestada no século 16, junto com a ideia de humanismo. A raça foi a forma que o Estado criou para se proteger. Ele se torna conservador justamente brandindo a noção de raça. No século 19, temos a pseudociência, a Segunda Revolução Industrial, mas também o neocolonialismo. Todos os Estados modernos que se constituíram como repúblicas têm raízes escravistas.

A negação é uma forma de perpetuar o racismo?

Nos Estados Unidos, o racismo foi uma forma de cisão. Eles tiveram que colocar o racismo na mesa, para se unificar enquanto sociedade, com a Guerra da Secessão (1861-1865). A África do Sul foi unificada depois do *apartheid*. Já o Brasil virou república justamente quando acabou com a escravidão e teve que lidar com essa questão de maneira muito séria. Estabeleceu uma narrativa de comunidade baseada na dinâmica desse ocultamento do caráter conflituoso da questão racial, ou seja, conseguimos de alguma maneira naturalizar o convívio por uma série de características que vão desde a construção histórica e o modo de colonização do Brasil, mas conseguimos reunir isso dentro de um discurso oficial.

O racismo é construção política, assim como o nacionalismo.

Falta uma democracia racial?

Sim. Não é um plano maquiavélico para destruir pessoas. É uma construção muito sofisticada que conseguimos entender o que foi a formação do Estado industrial brasileiro, a partir da década de 1930. As diferenças passaram a ser tidas como parte do nosso modo de ser, da nossa brasilidade. E para naturalizar desigualdade, surgiu um discurso oficial de racismo científico. Para construir um Estado industrial, também foi necessário construir uma narrativa sociopolítica de unidade nacional, que mantém a desigualdade. Por isso, alguns autores cunharam o termo “modernização conservadora”. O Brasil precisava se modernizar, mas também conservar certos aspectos da desigualdade social, que tem essa base racial com um de

seus elementos centrais. Há uma crença de que aqui nunca se discriminou. É mentira. São mortas 70 mil pessoas por ano no País, das quais 70% são negras. A gestão do Brasil é feita com morte e encarceramento das pessoas negras. Mas construímos uma forma de lidar com essa violência que não passa pela intervenção estatal. Há uma dinâmica de convivência social com a ambiguidade. Gilberto Freyre conseguiu incutir em nossa cabeça que somos pura ambiguidade. Por isso uma ofensa racial proferida de um branco contra um negro vem frequentemente acompanhada da frase “é brincadeira”. O ato de ofender alguém vira uma forma de carinho.

Isso tudo lhe faz ser um crítico da filosofia da meritocracia?

A ideia de meritocracia é uma forma de lidar com essa tensão. Se todo mundo é igual, todo mundo convive bem e não há nenhuma barreira para os negros. Como se explica que só os brancos estejam em posição de poder e destaque? Principalmente explicamos o Estado brasileiro, que é uma forma de enriquecer muito a gente branca. O Estado brasileiro paga altíssimos salários ao alto funcionalismo público. Como se explica que só haja brancos ali? A universidade brasileira, por exemplo, não oferece vagas para todos que desejem estudar na Universidade de São Paulo (USP), por exemplo. A única forma de se criar esse discurso, e lidar com a tensão, é a meritocracia, ou seja, a pessoa chegou lá porque teve mais mérito.

&





ESCOLAS CÍVICO-MILITARES EM DEBATE

As escolas públicas com gestão militar vêm crescendo em número pelo País após a regulamentação, pelo governo federal, em setembro. Fruto de parceria entre as secretarias estaduais de Educação e a Polícia Militar, são caracterizadas pelo código disciplinar rígido. Os educadores têm opiniões diversas sobre o modelo.

texto IRACY PAULINA | ilustração DANIEL MONTEIRO

N

No começo de setembro, pelo Decreto n.º 10.004, o governo federal criou o programa que regulamenta a iniciativa na área de educação que já vinha sendo implantada em diversos Estados brasileiros: escolas públicas com gestão militar. Esse programa é fruto de uma parceria entre as secretarias estaduais de Educação e a Polícia Militar. Destacam-se pelo uso obrigatório de uniformes e a adoção de um código disciplinar rígido, como obediência à hierarquia, veto a cortes de cabelo fora do convencional e namoro entre estudantes. Na esteira do sucesso dessas escolas em suas comunidades, a maior parte em área de vulnerabilidade social, surgiu a proposta de regulamentação, batizada pelo Ministério da Educação (MEC) de Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). “O projeto-piloto prevê a implantação de 54 dessas escolas no País inteiro já em 2020. A meta é chegar a 216 até 2023”, explica o subsecretário de Fomento às Escolas Cívico-Militares do MEC, Aroldo Cursino.

A adesão ao projeto do governo federal é voluntária. Na primeira etapa, 15 Estados e o Distrito Federal aderiram. Na segunda, 643 municípios (11,5% do País) se inscreveram no programa – mas o total pode chegar a 650, com as adesões enviadas pelos Correios e ainda não registradas. “Estamos focando em escolas que atendam estudantes em situação de vulnerabilidade social e que apresentem Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb) abaixo da média do Estado”, explica o coronel Cursino. Além dessas condições, é preciso ter a aprovação da comunidade escolar, e será dada

preferência às escolas que tenham de 500 a mil alunos nos anos finais do ensino fundamental (sexto ao nono ano). O decreto prevê a parceria entre o MEC e o Ministério da Defesa para que militares da reserva das Forças Armadas atuem nas escolas. Nos locais em que não haja quadro disponível, policiais e bombeiros podem exercer as funções.

VALORES HUMANOS, ÉTICOS E MORAIS

A atuação desses militares se dará em três frentes. Na área didático-pedagógica, exercerão atividades de supervisão escolar e psicopedagógicas, com objetivo de otimizar o processo de ensino-aprendizagem. Na educacional, entram em cena como tutores, com a missão, segundo Cursino, de fortalecer “valores humanos, éticos e morais”. Na administração, devem aprimorar a organização escolar para otimizar recursos. “Nossa intenção é apoiar diretores e professores, mas sem entrar em sala de aula”, afirma o coronel.

A presidente da Organização Não Governamental (ONG) Todos Pela Educação, Priscila Cruz, explica que tanto as escolas com gestão militar já implantadas por Estados e municípios quanto aquelas que o governo federal pretende implantar com o programa recém-lançado bebem da mesma fonte: os colégios militares mantidos pelas Forças Armadas. Criados para atender filhos de militares, eles disponibilizam algumas vagas excedentes para a comunidade, mediante um rigoroso processo de seleção. “São escolas bem estruturadas, com alunos que passam por um processo seletivo, e que não convivem com a escassez de investimento comum nas redes públicas das escolas regulares”, aponta ela. Um levantamento apresentado em reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, em maio de 2019, aponta que o Estado gasta anualmente R\$ 19 mil por aluno nas escolas militares ligadas ao Ministério da Defesa. Já nas redes de ensino regulares, o investimento anual do Poder Público em cada estudante do ensino básico é, em média, de R\$ 6 mil.

Começa por aí o coro de críticas contra a proposta das escolas cívico-militares. “Muitas famílias estão assustadas com a violência e acreditam que mais disciplina no ambiente escolar possa ser a solução. É preciso ter empatia com essas famílias”, opina Priscila. “Acontece que o modelo proposto pelo governo federal tem apenas alguns elementos dos colégios militares, mas não os investimentos necessários para melhorar a infraestrutura, por exemplo”, pondera ela. O MEC prevê investir em 2020 R\$ 54 milhões no programa. A maior parte desse valor será empregada no pagamento dos militares que atuarão nas escolas. Outra parcela será usada para melhoria da infraestrutura, compra de material escolar e pequenas intervenções.

Para a professora da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Madalena Peixoto, a melhoria da qualidade da educação não passa pela militarização das escolas. “O decreto fala que esses militares terão uma atuação didático-pedagógica e psicopedagógica. Que for-

“A QUESTÃO DA DISCIPLINA E DA VIOLÊNCIA EXISTE E PRECISA SER ENFRENTADA, MAS HÁ MILHARES DE BOAS EXPERIÊNCIAS ALICERÇADAS EM TRABALHO JUNTO COM A COMUNIDADE, OS ALUNOS, AS FAMÍLIAS E OS PROFESSORES, QUE UNEM ATITUDES DE ACOLHIMENTO E RESPEITO A NORMAS CLARAS, POR MEIO DE UMA DINÂMICA EDUCACIONAL, E NÃO MILITAR.”

ANA HELENA ALTENFELDER, presidente do Conselho de Administração do Cenpec Educação

mação eles têm para isso?”, indaga. “Para avançarmos nesse sentido, temos que investir na formação de professores e na melhoria da infraestrutura das escolas, que, em muitos lugares, está caindo aos pedaços.”

MODELO NA PRÁTICA

Há mais de uma década, Goiás sedia uma das mais bem-sucedidas experiências de envolvimento de militares na educação, com 69 escolas estaduais-militares, fruto de uma parceria com a Polícia Militar do Estado. O modelo, que tem apoio da população e de boa parte de educadores locais, delimita de forma clara os papéis dos militares e dos educadores. Os primeiros cuidam da gestão nos aspectos administrativo, financeiro, regimental e disciplinar. Já os aspectos pedagógicos ficam a cargo de professores e pedagogos. Apenas profissionais com formação pedagógica ministram aulas. “Estamos conseguindo quintuplicar em um ano a população de estudantes nos colégios que se tornam estaduais-militares”, comemora a secretária estadual de Educação de Goiás, Fátima Gavioli. “Diante de tantos desafios que temos para educar nossos jovens, toda parceria bem administrada é bem-vinda. O objetivo maior, que é educar nossas crianças, está acima de questões ideológicas ou corporativistas.”

Como principal ponto positivo, a secretária cita a mudança no ambiente escolar. A estrutura física, por exemplo, é otimizada, pois o regimento que passa a vigorar, a cargo da Polícia Militar, permite doações mensais dos pais para um fundo de

benfeitorias. Outro benefício é a disciplina. “O regimento, que deve ser seguido estritamente por todos, envolve assiduidade nas aulas para estudantes e professores; cumprimento preciso de horários e tarefas; cuidados com a aparência física e com o material; e, acima de tudo, respeito de forma generalizada”, diz Fátima. “Todos têm um período para se adaptarem. Após esse prazo, os que não se sentirem confortáveis são convidados a buscar transferência.”

“O modelo integral exige muito investimento e acompanhamento. Nossa realidade é falta de dinheiro e burocracias que nem toda escola consegue ainda acompanhar, por isso, não adianta se iludir, vai levar tempo para termos as escolas integrais oferecidas de forma universal”, explica Fátima. Hoje, existem 56 escolas estaduais-militares goianas de período integral. Ela confia na gestão militar, especialmente em bairros de vulnerabilidade social. “Os militares selecionados, apesar de não terem formação pedagógica, são pessoas com histórico de trabalhos sociais, de gestão, estão totalmente capacitados para cuidar de uma escola e garantir disciplina e segurança, sem incorrer em autoritarismo”, defende a secretária.

VOZES CONTRÁRIAS

As escolas em tempo integral, cuja expansão progressiva foi determinada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), são o mais potente argumento dos educadores contrários à ideia dos modelos cívico-militares. Elas

partem de premissas opostas às do modelo militar, apostando na construção da autonomia e na conscientização do aluno, com incentivo a protagonismo social, criatividade e identidade. A disciplina é importante, mas não o principal motor no processo educativo. Em razão da exigência de estruturas físicas e de pessoal robustas, o número dessas escolas tem aumentado em velocidade muito menor do que a necessária, causando ainda pouco impacto nos índices gerais de aprendizagem. No entanto, as avaliações individuais dessas escolas deixam clara a mudança. “Elas promovem um processo orgânico envolvendo alunos, famílias e corpo docente. A violência não se instala, porque simplesmente não há espaço para ela entrar”, comenta a presidente do conselho de administração do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação (Cenpec Educação), Ana Helena Altenfelder. “Trata-se de modelo testado e aprovado, diferente das escolas cívico-militares, que mesmo com ângulos interessantes, não trouxeram resultado que justifique serem elevadas a política pública.”

POLÊMICA E EXCELÊNCIA

O estudo Excelência com Equidade no Ensino Médio, desenvolvido pelo Instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), em parceria com Instituto Unibanco, Fundação Lemann e Itaú BBA, divulgado em setembro de 2019, traz dados concretos para essa polêmica. Ele mostra que, entre as 5.042 escolas do País que atendem estudantes com renda familiar de até 1,5 salário-mínimo, apenas cem obtiveram índices mínimos considerados satisfatórios de qualidade educacional, com base em avaliações oficiais do MEC. Dessas escolas, 82 são de período integral. Nenhuma escola cívico-militar aparece no grupo.

Ana Helena ressalta que o modelo de escolas cívico-militares necessita de mais tempo para ser avaliado, pois não existe nenhuma evidência que demonstre mais eficiência na aprendizagem e na formação cidadã. Já a escola integral conta com literatura e uma coleção de experiências positivas que comprova que professores com dedicação integral e mais bem remunerados, além de uma gestão participativa – com inclusão e respeito à diversidade –, conseguem ge-



rar transformação mesmo em locais de grande vulnerabilidade. Em Pernambuco, por exemplo, onde já há pelo menos uma escola integral por município, a melhora na aprendizagem se configura de forma nítida. “Não é preciso colocar o policial na gestão, pode-se promover parcerias eficientes e de alto impacto, mas sem misturar papéis”, opina Ana Helena. “Assim como o professor não pode se responsabilizar por segurança pública, o policial não pode ser gestor de educação, são lógicas totalmente diferentes.”

Em defesa do modelo cívico-militar, o coronel Cursino afirma que o programa lançado pelo governo federal tem um foco específico: atender estudantes de áreas de grande vulnerabilidade social. “Queremos oferecer a esses jovens a chance de um futuro melhor”, afirma. É nessa linha também que aponta a experiência dos colégios de gestão militar que começaram a ser implantados pelo governo do Tocantins a partir de 2009, inspirados na experiência de Goiás. Atualmente, já existem 12 em funcionamento, com planos de implantação de mais 30 na atual gestão, em parceria com a Polícia Militar. “Os resultados são excelentes. Nessas escolas, zeramos a evasão escolar e o desempenho global dos alunos melhorou. Também conseguimos engajar mais a família na vida escolar dos estudantes”, observa a gerente de apoio aos municípios da Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins, Kelma Tavares. “Tanto que temos uma grande demanda da comunidade por novas escolas nesse estilo. Atualmente, estamos com uma fila de 60 pedidos. Pena não termos recursos para atender a todos”, observa ela.

O limite de abrangência desse modelo escolar é outro foco de críticas. Levando-se em conta as metas apresentadas pelo governo federal, menos de 1% das escolas deve operar segundo esse modelo: “Em um universo de 50 milhões de alunos, 2 milhões de professores e 150 mil escolas, um modelo que não tem estrutura para acontecer em escala, melhorando os dados de permanência e aprendizado, é um investimento de dinheiro, tempo e energia que deveria ser usado para potencializar o que já está dando certo”, pontua Kelma.

DISCIPLINA COMO SOLUÇÃO?

Para a professora doutora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), ex-secretária de Educação de Santo André e membro do

Conselho Municipal de Educação de São Paulo, a historiadora Selma Rocha, a questão envolve muito mais do que discussão sobre eficiência. “É grave existir uma rede paralela, com lógicas e referências ideológicas próprias, à revelia do que se estabeleceu como diretrizes nacionais de educação previstas no País em leis específicas e pela Constituição”, afirma. “O Plano Nacional de Educação envolveu mais de 5 milhões de pessoas no Brasil, e o governo simplesmente o desconhece, em função de uma avaliação ideológica que não se sustenta em nenhuma evidência dialogada com as secretarias de Educação.”

Selma chama a atenção para o equívoco de ver a disciplina como solução para o problema da educação brasileira. “Muitas vezes chamam de indisciplina aquilo que a autoridade imediata não admite ou uma contestação a uma política agressiva”, insiste. “É preciso entender que, em algumas escolas, as condutas consideradas indisciplinadas acontecem porque a política educacional desrespeita o sujeito, ignora a violência da sua história, discrimina-o e o exclui. Quando digo que vou estabelecer a hierarquia e a disciplina, estou dizendo que vou usar a violência para manter o silêncio, e isso não é um caminho bom para educar, porque não se constrói nada além de medo.”

A historiadora explica que a população é levada a acreditar que a única violência que se vive nas periferias é contra o professor, mas, na realidade, se trata de uma violência estrutural direcionada ao grupo todo. “É bem preocupante o ministro da Educação abordar esse cenário catastrófico com tanta veemência sem apresentar dados concretos.” A violência nas escolas, segundo ela, é uma questão que necessita de projetos interdisciplinares envolvendo cultura, educação e assistência social, jamais as Forças Armadas e a Polícia Militar. De acordo com ela, o projeto das escolas cívico-militares estabelece um modelo que “instala o poder coercitivo dentro da escola”. E o agravante seria o uso do dinheiro público, “que deveria estar atendendo a pressupostos nacionais”.

PROIBIÇÕES INCONSTITUCIONAIS

A preponderância da hierarquia e disciplina sobre o respeito à diversidade de identidade levou o Ministério Público Federal (MPF) da Bahia a ques-

“DIANTE DE TANTOS DESAFIOS QUE TEMOS PARA EDUCAR NOSSOS JOVENS, TODA PARCERIA BEM ADMINISTRADA É BEM-VINDA; TEMOS QUE PENSAR NO OBJETIVO MAIOR QUE É EDUCAR, ISSO ESTÁ ACIMA DE QUESTÕES IDEOLÓGICAS OU CORPORATIVISTAS.”

FÁTIMA GAVIOLI, secretária estadual da Educação de Goiás

tionar legalmente as limitações comportamentais impostas aos alunos das 63 escolas municipais que contam com gestão compartilhada com a Polícia Militar, em programa iniciado em 2018. Em julho, o MPF encaminhou recomendação às prefeituras parceiras do projeto, orientando-as a não fiscalizar ou proibir comportamentos dos estudantes que não afetem o direito de terceiros ou interesses públicos, com base em moralismo ou convicções incompatíveis com o Estado democrático de direito.

Dessa forma, as escolas não devem, por exemplo, exigir padrões estéticos – como a proibição de usar piercings, cabelos coloridos e tatuagens – ou proibir que os estudantes namorem ou usem óculos esportivos. Também fica vedado o controle de publicações levadas pelos estudantes para o colégio ou feitas em redes sociais. Segundo o MPF, tais proibições são inconstitucionais e não contribuem para melhoria da aprendizagem e promoção da cidadania. A recomendação também foi direcionada ao Comando da PM da Bahia, orientando que se abstenha de firmar ou executar novos acordos que resultem na aplicação da metodologia dos colégios da PM em escolas públicas, “por incompatibilidade com a Constituição Federal, convenções internacionais, leis e resoluções do Conselho Nacional da Educação, além de importar em violações múltiplas de direitos fundamentais de crianças e adolescentes”.

Diante da nova proposta do MEC, o governo do Estado optou por não aderir ao modelo por

enquanto, aguardando mais clareza na proposta. Atualmente, a rede estadual de ensino da Bahia conta com 1.163 escolas e 711 anexos, dos quais 14 com a gestão compartilhada entre o governo do Estado e a PM da Bahia, ou 1,2% das unidades escolares da rede. “É preciso ter muita cautela ao se pensar esses regimentos, pois, diferentemente dos colégios militares, com a maior parte das vagas reservadas a filhos de militares, que buscam essa opção baseada na hierarquia e na disciplina, os colégios públicos são voltados para a comunidade em geral, composta por pessoas de diferentes personalidades e vocações”, explica Ana Helena, do Cenpec. “É fundamental oferecer formação com base no pluralismo e no respeito às individualidades e aos aspectos socioculturais, independentemente do modelo de escola”, conclui.

&

B



texto LÚCIA HELENA DE CAMARGO

Angela Davis: luta e inspiração

Angela Davis tinha apenas 26 anos, em 1970, quando se tornou ícone da resistência negra nos Estados Unidos. Professora de Filosofia e integrante do Partido Comunista, foi presa pelo FBI sob a acusação de assassinato, sequestro e conspiração. Só seria solta um ano e meio depois, graças ao movimento Free Angela Davis (“Libertem Angela Davis”, em português), mobilizando a opinião pública e contando com nomes como John Lennon e Yoko Ono, que lançaram a canção “Angela”, e os Rolling Stones, que compuseram “Sweet Black Angel”.

Para entender a trajetória dessa ativista, chega ao Brasil *Angela Davis: uma autobiografia*, escrita em 1974 e lançada pela editora Boitempo. “Não estava ansiosa para escrever esse livro”, avisa Angela, no prefácio da primeira edição. “Escrever uma autobiografia na minha idade parecia presunçoso.” Longe da busca por autopromoção, o que a moveu foi a chance de transformar a obra em algo útil e inspirador para mais pessoas, mulheres negras como ela ou vítimas de opressão de qualquer natureza.

“Tenho uma dívida de gratidão com Toni Morrison [escritora norte-americana falecida em agosto] por ter insistido que eu escrevesse a autobiografia”, disse a autora na conferência A Liberdade É uma Luta Constante, que proferiu em São Paulo, em outubro, para 15 mil pessoas, do lado externo do Auditório do Ibirapuera. “A maioria dos meus estudos era no campo da filosofia; tinha uma tendência natural à abstração. Então, Toni fazia perguntas, como ‘quais as cores dos objetos na sala?’ ou ‘como era a estrada?’ e, dessa maneira, me ajudou a invocar imagens para o livro”, conta Angela.

No evento paulistano, assistido ao vivo pela equipe de PB, Angela clamou por apuração consistente do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco,



Fotos: Rogério Vieira/Divulgação



Angela Davis:
uma autobiografia
Boitempo, 416 páginas

“O IMPACTO PSICOLÓGICO DO COMUNISMO NAS PESSOAS COMUNS NOS ESTADOS UNIDOS É MUITO PROFUNDO. HÁ ALGUMA COISA A RESPEITO DA PALAVRA ‘COMUNISMO’ QUE, PARA QUEM NÃO É ESCLARECIDO, EVOCA NÃO APENAS O INIMIGO, MAS TAMBÉM ALGO IMORAL, SUJO.”

morta em março de 2018, e falou sobre as queimadas na Amazônia. “Devemos preservar o planeta, porque nada vai adiantar a luta se a Terra deixar de existir.” Vigorosa aos 75 anos, fez emocionado discurso a respeito da violência policial racial nos Estados Unidos e no Brasil. Revelou, ainda, que sua autobiografia está em fase de adaptação para o cinema e disse esperar que o filme “sirva de inspiração e nos ajude no processo de configurar um futuro justo”.

Escrita em Cuba depois da sua libertação, a autobiografia tem ritmo de filme de ação. Na primeira parte, narra as agruras na prisão, como o encarceramento em solitárias (para que não influenciasses as detentas com suas ideias) e episódios pitorescos, como o fato de ter tido acesso direto a alguns protestos organizados por sua libertação, pois a prisão na qual estava ficava nas proximidades da Oitava Avenida, em Nova York, e as manifestações eram organizadas de maneira que as palavras de ordem e

os sons da multidão chegassem até as janelas e pudessem ser ouvidos pelas presas.

Nos capítulos seguintes, mostra a infância, a formação da ativista, os estudos filosóficos na Alemanha, a participação no movimento político dos Panteras Negras e, no fim, a libertação. “Meu coração batia forte enquanto eu esperava a porta se fechar atrás de mim com o odioso estrondo que havia perturbado meus nervos tantas vezes antes. Aquela era a última vez. Cruzei a porta seguinte que se abria diante de mim e fui recebida por berros ensurdecedores”, é o relato sobre o momento no qual foi libertada. A obra traz ainda fotos, reproduções de cartazes e matérias de jornais da época, além da peça de divulgação do FBI sobre a “perigosa procurada”.

Ao fim das mais de 400 páginas, fica para o leitor um convite de engajamento na luta que se tornou o projeto de vida de Angela Davis: combater o racismo e as desigualdades sociais.





NOSSO PALCO, SEU TEATRO.

Assistir ou produzir? Acompanhar a programação ou fazer parte da agenda? Aplaudir ou ser aplaudido?

Mais do que um teatro reconhecido por sua importância artística, o Teatro Raul Cortez é um espaço versátil – mantido e administrado pela FecomercioSP – e preparado para receber importantes espetáculos artísticos ou eventos corporativos.

513 LUGARES

Equipado para
ACESSIBILIDADE

FOYER
com sanitários

4 CAMARINS
climatizados

3 CABINES DE TRADUÇÃO
climatizadas

CABINE DE AUDIOVISUAL
climatizada e equipada

ÁREA DE APOIO TÉCNICO
com sanitários

ESTACIONAMENTO
no local



TEATRO RAUL CORTEZ

PARA MAIS INFORMAÇÕES, ACESSSE: [WWW.FECOMERCIO.COM.BR/INSTITUCIONAL/TEATRO-RAUL-CORTEZ](http://www.fecomercio.com.br/institucional/teatro-raul-cortez)
R. DR. PLÍNIO BARRETO, 285 – BELA VISTA – SÃO PAULO, SP | Tel.: +55 11 3254-1633 | teatro.raulcortez@fecomercio.com.br

U UM 2020 PREVISÍVEL E RACIONAL

Deixar livre durante o tempo todo uma parte da mente para o otimismo é uma das boas lições da vida para quem quer passar bem de um ano ao outro. E ser otimista é não negligenciar as dificuldades pelas quais passa o País e, ao mesmo tempo, torcer para que a crise de crescimento e a desigualdade social sejam corrigidas pelo sucesso do modelo econômico.

Para isso, é preciso governar com forte dose de confiança interpessoal, tendo em vista os interesses da sociedade, a adesão aos valores democráticos, a estabilidade das instituições e uma relação produtiva nascida da boa intermediação política com o Legislativo. Assim, objetivos econômicos claros devem estar no centro de uma boa política de governo. Da mesma maneira que uma lógica confusa na comunicação presidencial, com improvisações e falta de protocolo, diminui o espaço para notícias favoráveis à recuperação econômica concorrendo negativamente com o andamento das reformas.

As bases para um bom desempenho do governo exigem atenção para o fato de que a boa condução da pauta econômica deve levar em conta que, mesmo em aliança com o ministro da Economia, o parlamento tenha vida própria e possa alterar decisões do Executivo. Isso significa que, embora tenha também o compromisso de resgatar a economia, o Legislativo mantém a autonomia sobre a tramitação de suas propostas e o poder de veto. E espera continuar operando no dia a dia em suas bases eleitorais confiante de que as emendas de parlamentares sejam pagas pelo governo.

Este é um parlamento predominantemente liberal, e é essa característica que tem blindado o País das crises que o estilo agressivo de

comunicação do presidente e seus filhos têm provocado. Talvez a família presidencial, assim como seus opositores de esquerda, esteja iludida com a ideia de que sentimentos partidários e a autoidentificação ideológica sejam a base das opiniões e preferências eleitorais dos brasileiros. É um erro pensar assim. A polarização ideológica nunca se manteve no Brasil como peso norteador permanente da decisão eleitoral. Em especial porque, tradicionalmente, os atores políticos envolvidos tendem a mudar de posição e, por vezes, de comportamento, muito antes do seu eleitor.

Outro fato é que os partidos são constantemente abalados por crises internas e fuga de quadros, em virtude de algo velho que permanece em todos eles: a hierarquia autoritária e monarquista. Ainda não há fôlego no Brasil para valorizar diretrizes políticas de partidos. O que conta sempre é o resultado da gestão de quem assume o poder. O brasileiro pode até ter ideologia, mas não quer ter compromisso.

Os riscos de desestabilização continuam facilmente identificáveis e podem ser corrigidos se houver melhor diálogo entre os Poderes. Entre eles, o principal é o destino da Operação Lava Jato, que acabou por isolar o ministro Sergio Moro dentro do Executivo. Se, de um lado, ela confronta constantemente o Legislativo, de outro, tem sido confrontada pela cúpula do Judiciário no Supremo, dividida em relação à consistência e à coerência de suas decisões.

O primeiro ano do governo chega ao fim com a Reforma da Previdência promulgada. Mas a prometida Reforma Tributária jamais foi formalizada pelo Executivo, e a Reforma Administrativa ainda não tem um rosto definido. As medidas econômicas mais liberalizantes e emergenciais são compostas de tantos projetos que não é possível antever o que sairá do Congresso em 2020.

Uma coisa é certa: ao manter a economia nacional indexada e com um orçamento vinculado sem recursos para investimentos, o novo ano começa igualmente engessado, ameaçando o bom senso na escolha dos novos prefeitos e vereadores. O governo faz um ano com um rosto mais definido e com sinais de recuperação no ambiente econômico. Que 2020 seja o ano da boa e produtiva economia: empregadora, diversificada, lucrativa, distributiva, previsível e racional.

&



PAULO
DELGADO

é sociólogo e
copresidente
do Conselho
de Economia
Empresarial
e Política da
FecomercioSP



Jamais nos submetêríamos a uma união, ou a um casamento, para a vida inteira. Apenas quando quiséssemos. Se não estiver bom, cada um para o seu lado. Tudo muito definitivo e acertado. Conclusão? Fernando foi o único homem de minha mais profunda, celular intimidade. Único. Só Freud explica. Tudo bem, só Freud explica

ATO DIÁRIO

texto JORGE CALDEIRA

O

O leitor que tiver o prazer de chegar à página 265 da autobiografia de Fernanda Montenegro, intitulada *Prólogo, ato, epílogo*, terá a dimensão completa de significado da seguinte frase nela escrita: “É a cultura das artes que faz uma nação. Sem ela, é apenas uma fronteira”. A gigantesca distância que vai do limite formal da linha de marcação até a substância de uma pátria artística esplendorosa, constitui o grande território preenchido pela narrativa com paixão avassaladora e trabalho estrênuo.

Resumido assim, parece muito exagero. Mas é ler e crer. Na imensa maioria dos casos, uma narrativa autobiográfica é sinal evidente de narcisismo. Mas esta tem uma construção delicada: a atriz deu uma série de entrevistas para Marta Góes – jornalista e também grande autora teatral, conhecida pela elegância de seu texto. No momento de escrever, ela manteve o fluxo da palavra falada, sem fazer as intervenções que teriam transformado o livro em algo mais formal e menos sanguíneo.

Assim, manteve-se o essencial: o mistério de uma grandeza que só a é para o leitor, já que a narradora conta como se tudo fosse normal. A infância numa família de imigrantes muito pobres – italianos por parte de mãe e portugueses por parte de pai – nos subúrbios do Rio de Janeiro; infância feita de rezas e milagres maternos

e da disciplina operária do pai, que trabalhava até da cama. Como cenário, o subúrbio carioca da primeira metade do século passado: mistura de sítio rural com moradia urbana.

O único rito de passagem entre esse mundo prosaico e a arte elevada é o mais prosaico possível. Começa num curso de secretariado aos 15 anos, preparação possível para uma segura e modesta ascensão para o mundo da segurança na classe média. A fuga do roteiro é minimalista: ver um anúncio de uma rádio estatal, deixar um currículo, começar a dupla jornada entre o secretariado e a arte sem que nada de especial demarque a distância entre fronteira e nação.

Daí em diante, é um contínuo impressionante, realizado dia por dia, papel por papel, apresentação por apresentação, no ritmo de trabalho do pai – sem esmorecer, sem parar, sem uma única queixa sobre a vocação. Ao fim de sete décadas nesse ritmo, uma amostra monumental da cultura ocidental, relevante ou burlesca, e praticamente tudo que se fez de importante na cultura brasileira foi parte do trabalho de Fernanda Montenegro. A lista das realizações ocupa 30 páginas ao fim do texto – mas inclui itens como “atriz em cerca de 350 peças brasileiras ou estrangeiras, apresentadas semanalmente” nos 12 anos em que participou do *Grande Teatro* da TV Tupi; só com isso, a quantidade de papéis vistos mais que dobra.

Um ritmo como esse só é possível por uma característica essencial de seu modo de encarar o trabalho de atriz: um ato diário, para ser visto por quem aparecer, seja lá quem for. O modelo é dos ancestrais artistas de circo, das companhias mambembes de teatro. Algo para ser consumido na hora, no momento, no aqui e agora, para criar uma memória instantânea e, talvez, fugaz no espectador. Mas trabalho que é grande o suficiente para a atriz encarar pragas seculares com resignação:

“Este gesto de desprestígio [à profissão] é uma agressão cuja origem se perde no tempo. Na França e em melhores países da Europa, atores não eram enterrados em cemitérios cristãos. Por permissão real, só assim, Molière teria sido sepultado na ala dos suicidas e das crianças mortas sem batismo, no cemitério Saint-Joseph. Por séculos a Igreja Católica repudiou a arte do ator por julgar herética a pretensão de viver mais de um destino e pela falsidade apresentada como verdade”, diz na página 252.

Tal viver de destino assumindo a profissão, tal *pathos*, não aparece no livro apenas na arte. O depoimento é rico quando toca na relação entre trabalho e amor. Tudo muito direto quando fala na relação com Fernando Torres:

“Um par que permanece unido por 60 anos sempre provoca estranhas, mirabolantes e perversas especulações. Fernando e eu nos juntamos, nos colamos. Explicar? Como? Aliás, para que explicar? Não tem explicação racional nem irracional. Nem esotérica” (pág. 92).

“Acredito que certos rituais, inclusive o desvirginamento, tanto para o homem quanto para a mulher, são cerimônias míticas – penso que o mito existe sempre como um alicerce em qualquer ato de nossas vidas” (pág. 93).

“Mas pergunto: por que, logo de cara, a obrigatoriedade inarredável da penetração? Há um corpo da cintura para baixo e outro da cintura para cima? Todo corpo é uma unidade erótica, sexual, para ser usada segundo o desejo. Em acordo. Esta é a grande carnificação da liberdade” (pág. 93).

“Da parte do Fernando houve grande resistência ao casamento religioso, mas ele acabou entendendo (...). Meu vestido de noiva era um vestido clássico, seco, não tinha véu caindo nem cauda arrastando. Cumpriu-se o ritual ao som de um solene órgão. E, de forma impensável,

PRÓLOGO, ATO, EPÍLOGO, AUTOBIOGRAFIA DE FERNANDA MONTENEGRO, TRAZ EPISÓDIOS COTIDIANOS E RITOS DE PASSAGEM NA VIDA DA GRANDE ATRIZ, POR INTERMÉDIO DA NARRATIVA ELEGANTE DE MARTA GÓES

fomos tomados por uma forte emoção. Derramei minhas lágrimas discretas. Fernando chorou tanto que mal conseguiu dizer ‘sim’” (pág. 94).

“Jamais nos submeteríamos a uma união, ou a um casamento, para a vida inteira. Apenas quando quiséssemos. Se não estiver bom, cada um para o seu lado. Tudo muito definitivo e acertado. Conclusão? Fernando foi o único homem de minha mais profunda, celular intimidade. Único. Só Freud explica. Tudo bem, só Freud explica” (pág. 95).

Se deixa a explicação da fidelidade matrimonial para os psicanalistas, é porque pode falar de uma outra fidelidade, esta, sim, capaz de conduzir o destino do casal:

“Fernando e eu tivemos o privilégio de uma paixão em comum, uma comunhão de vocação, de ofício: atores. Só um ator aguenta outro ator. Ou alguém da mesma área, que é o teatro. Como suportar uma vida ininterrupta sobre um palco pela vida afora,



Zó Guimarães/Folhapress

durante 60 anos, senão ao lado de alguém que sofra a mesma doença? Nem o amor suporta” (pág. 96).

A medida dessa doença na vida surge logo na frase seguinte:

“É evidente que houve muitas crises destrutivas. Avassaladoras. Devastadoras. Para ambas as partes. E continuamos. Por que continuamos? Tenho muito pudor em dizer a palavra ‘amor’. Mas que outra palavra explicaria o mistério de, num olhar, percebermos que não chegaríamos a ninguém igual? E também devemos ao teatro o fato de termos escapado da maldição do tédio que flagela tantos casais – não tivemos tempo para isso. O palco sempre nos liberou, nos renovou, nos perpetuou” (pág. 96).

Uma dimensão dramática de tudo isso aparece na descrição do trabalho do casal em *Dias Felizes*, de Samuel Beckett, montada em 1995 – depois de uma alta hospitalar do marido:

“O personagem de Fernando era Willie, que passa toda a peça na encosta do morro onde Winnie, a personagem feminina, está enterrada até o pescoço. Em determinada hora ele se arrasta para pegar, junto a ela, talvez um revólver. Numa daquelas situações definitivas de Beckett, Willie sempre escorrega. Torna a subir. Escorrega. Foi uma experiência dolorosa para o Fernando, porque espelhava o que havia sido sua vida nos últimos anos. Ele tinha horror ao papel. Atuava mesmo assim. Como se negar ao ofício?” (pág. 256).

Fernanda Montenegro é capaz de narrar o correr do drama até o desenlace do destino, transformando o trágico em patético:

“No sábado que precedeu sua morte, ele pegou o texto de ‘É...’ – sempre este texto de nosso amigo, o grande e eterno Millôr Fernandes – e me chamou: ‘Vamos ensaiar?’. Nós nos sentamos à mesa e ele leu o título, o nome do autor. Leu a descrição do cenário. Percebeu que aí começava o diálogo. Olhou para os lados – não havia elenco em torno daquela mesa. Estávamos só eu e ele. Voltou a si” (pág. 259).

Enfim, caro leitor, com palavras sabiamente escolhidas, Fernanda Montenegro é capaz de mostrar com um relato sobre sua vida o monumento de Nação que ela, vivendo falsidades como verdades últimas, construiu fazendo arte nas precárias fronteiras nacionais. Por isso, tento modestamente homenageá-la com suas próprias palavras, como um convite à leitura completa de uma raríssima autobiografia que faz sentido.

&

eSocial, PCMSO e PPRA: vamos simplificar?



Chegou a hora de facilitar a sua vida na hora de obter os exames exigidos pelo PCMSO e pelo PPRA e ainda cumprir as obrigações do eSocial com praticidade e eficiência. Para isso, a FecomercioSP firmou uma parceria com uma das empresas mais bem-conceituadas do segmento.

DÁ SÓ UMA OLHADA NA NOSSA SOLUÇÃO:

- profissionais altamente qualificados;
- clínicas próximas à sua empresa;
- contratação avulsa ou de pacotes, de acordo com a sua necessidade.

Evite complicações com o eSocial, garanta o bem-estar do funcionário e tenha uma solução completa para a sua empresa, independentemente do porte.

Acesse já: easygofecomercio.com.br

FECOMERCIO SP
REPRESENTA MUITO PARA VOCÊ

N NOVOS RUMOS DA POLÍTICA ECONÔMICA



ANTONIO LANZANA

é copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP e professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Dom Cabral (FDC)

O governo tomou posse em 2019 defendendo a adoção de medidas liberais na economia. Passados 12 meses de gestão, ao menos quatro questões merecem ser analisadas: as ações efetivamente adotadas; quais impactos já estão ocorrendo na atividade em curto prazo e as expectativas no médio; quais os setores mais beneficiados; e as próximas providências necessárias.

Em relação às iniciativas já empregadas, a equipe econômica corretamente concentrou esforços na Reforma da Previdência. Afinal, sem ela, qualquer proposta de liberalização seria inviável pela dinâmica explosiva da dívida pública. O ajuste fiscal é imprescindível para recolocar o País na rota do crescimento em médio prazo – um dos fatores que explica o crescimento mais reduzido do PIB nos anos recentes, inclusive em 2019. Os erros de política econômica cometidos nos últimos anos foram graves, principalmente em termos de contas públicas. E a superação não é imediata. Muitos analistas gostariam que o reequilíbrio fosse mais rápido, mas esquecem que as principais reformas dependem do Congresso.

Algumas medidas que não dependem do Poder Legislativo já foram adotadas. Uma delas é a redução das taxas de juros – atualmente nos patamares mais reduzidos desde a implantação do programa de metas de inflação, em 1999. A queda da Selic abre espaço para ampliar o crédito a pessoas físicas e jurídicas, contribuindo para destravar o consumo e para a reestruturação financeira das empresas. Há ainda a liberação de recursos do FGTS, que, embora tenha efeito passageiro, gera algum impacto sobre o consumo das famílias; a Medida Provisória da Liberdade Econômica com foco em simplificação do ambiente de negócios; o acordo entre o Mercosul e a União Europeia; a privatização da BR Distribuidora; a venda de ativos de bancos públicos; e a aprovação do cadastro positivo.

Acerca dos impactos sobre o nível de atividade, é preciso reconhecer que o PIB deve registrar mais um ano de crescimento reduzido, repetindo o ocorrido em anos anteriores (1%), mas a expectativa dos agentes econômicos é de alguma melhora dos negócios na virada de 2019 para 2020. E as previsões de crescimento do PIB em 2020 começam a ser revisadas. Embora seja um incremento ainda reduzido, ele ocorre de forma consistente e cria condições para uma aceleração no médio prazo.

Ao olharmos para o cenário internacional diante da forte redução das taxas de juros e da capacidade ociosa na economia brasileira, conclui-se que os setores mais beneficiados estão ligados ao mercado interno. Para citar alguns: o comércio, a construção imobiliária e na área industrial e o setor de bens de consumo duráveis, com destaque para automóveis no mercado doméstico (apesar da queda nas exportações, a produção de automóveis vem subindo no Brasil).

Estamos num processo de transição, e muitas medidas corretivas precisarão ser adotadas para uma retomada mais robusta no médio prazo. Tentativas de fazer o Brasil crescer artificialmente devem ser rechaçadas. Afinal, essas experiências foram desastrosas, impondo elevado custo socioeconômico à população. Propostas como a flexibilização dos gastos públicos e sua ampliação para elevar a demanda agregada significam tomar mais do mesmo veneno que nos conduziu à perigosa situação que o País chegou.

Estão por vir as reformas Administrativa e Tributária, medidas de abertura comercial, privatizações em maior escala e retomada dos investimentos em infraestrutura – com mais participação do capital estrangeiro. O Brasil está no caminho certo, em direção a uma economia em que os princípios da livre-iniciativa e da concorrência são valorizados visando à busca de crescentes ganhos de produtividade.

PRODUTOS DESCARTÁVEIS: UMA REFLEXÃO

**O MUNDO TODO VEM DISCUTINDO
MEDIDAS PARA REDUZIR O
CONSUMO DE PRODUTOS
PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS DE
USO ÚNICO, COMO CANUDOS,
COPOS, PRATOS, TALHERES,
SACOLAS, ENTRE OUTROS. LEIS
ESTÃO SURGINDO POR TODA A
PARTE, INCLUSIVE NO BRASIL.**

Com base nos materiais mais encontrados nos oceanos, a Comissão Europeia elencou os dez principais grupos de produtos plásticos: embalagens para alimentos; copos, talheres, pratos, agitadores, canudos e hastes flexíveis de algodão; hastes para balões; balões; pacotes e invólucros; garrafas de bebidas e suas tampas; filtros para produtos de tabaco; artigos sanitários como lenços umedecidos e toalhas sanitárias; sacolas e sacos plásticos leves; e material de pesca. Para cada grupo, foram criadas regras específicas válidas em toda a União Europeia. A primeira impõe que se há alternativas disponíveis e acessíveis, produtos plásticos descartáveis serão proibidos. É o caso das hastes flexíveis de algodão, talheres, pratos, canudos, agitadores de bebidas e hastes de balão, que deverão ser feitos somente com materiais mais sustentáveis. As garrafas plásticas descartáveis só serão permitidas se as tampas permanecerem presas ao serem abertas.

Foram criados ainda requisitos para o design dos produtos e informações mínimas em rótulos e embalagens, responsabilidade estendida do produtor [no Brasil, a responsabilidade é compartilhada], instituição de sistema de logística reversa e medidas de sensibilização aos consumidores para redução do consumo.

No Estado de São Paulo, desde 12 de julho de 2019, os estabelecimentos comerciais estão proibidos de vender ou fornecer gratuitamente canudos plásticos. As multas serão aplicadas a partir de 20 de fevereiro de 2020. São permitidos os canudos de papel reciclável, de material comestível ou biodegradável.

Já no Distrito Federal, é obrigatória até, no máximo, 29 de julho de 2020, a substituição de copos e canudos de plástico fornecidos a título oneroso ou gratuito por produtos biodegradáveis, elaborados com base em matérias orgânicas como fibras naturais celulósicas, amidos de milho e mandioca, bagaço de cana, óleo de mamona, cana-de-açúcar, beterraba, ácido láctico, milho, proteína de soja ou outras fibras e materiais orgânicos.

É preciso repensar a necessidade do uso do canudo e de outros descartáveis, e não apenas

sobre o tipo de material de que são feitos. Muitas vezes, proibir o canudo pode ter efeito contrário, pois se for substituído por um copo plástico descartável, a quantidade de material a ser descartada será muito maior. Reduzir a quantidade de resíduos gerados é dever de todos. Nas residências e empresas, é correto usar descartáveis nas refeições diárias, para beber água ou tomar café? Ou nas festas e confraternizações? Nos restaurantes das praças de alimentação?

Se o tipo de material permitido para os canudos for papel (ou plástico) reciclável, após o uso, fica “contaminado” com bebida, e muitas vezes não poderá ser reciclado – tornando-se rejeito, que deve ser disposto em aterro sanitário. A situação pode ser ainda mais problemática se o descartável for de material biodegradável, pois não significa que degrada naturalmente no meio ambiente e desaparece por completo, sem deixar nenhum vestígio sólido. São vários os tipos, e cada um requer condições específicas para degradar. Entretanto, tais condições não são informadas aos consumidores, e a chance da biodegradação ocorrer é praticamente nula.

Há ainda o risco de a biodegradação produzir as micropartículas plásticas, encontradas na água engarrafada e no sal, cujas consequências à biodiversidade ainda estão em estudo. Sem contar que o plástico tem sido a causa da morte por asfixia de diversas formas de vida marinha.

Assim, na maioria das vezes, os canudos pós-consumo [não importa o material] não seguem para a reciclagem. Acabam sendo dispostos em aterros ou descartados no meio ambiente. E isso ocorre não somente com os canudos, mas toda a gama de produtos plásticos descartáveis. Não há estatísticas sobre a produção, o consumo, o descarte e a reciclagem desses produtos aqui no Brasil. Em função disso, o Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP constituiu um grupo de trabalho com o intuito de debater o tema com representantes do governo do Estado e do setor produtivo, incluindo o comércio e a indústria. Serão discutidas ações que possam ser adotadas de maneira voluntária para que o comércio de bens e serviços possa contribuir de forma sustentável para a mitigação dos efeitos negativos ao meio ambiente causados pelos produtos descartáveis, causando mínimos impactos econômico e socioambiental.



CRISTIANE CORTEZ

assessora técnica do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP

JOSÉ GOLDEMBERG,
presidente do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP

Para saber mais sobre a atuação do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP, acesse esse código QR.



&

DIPLOMACIA EM TRANSE

texto HERBERT CARVALHO | ilustração PEDRO VÓ



A

A diplomacia teve um papel fundamental na formação do Brasil. Devemos aos diplomatas o tamanho do nosso território, a convivência pacífica com os vizinhos nos últimos 150 anos, a exportação por meio de acordos comerciais e a inserção de nossa economia no mercado globalizado. Numa conjuntura internacional marcada por crises econômica, climáticas e de guerra tarifária entre grandes potências, cresce a importância da atuação do Itamaraty na defesa dos interesses nacionais por meio do *soft power*. Esse poder “suave” de convencimento, derivado do exemplo, da cultura e da imagem, torna-se essencial para um Estado que figura ao lado dos Estados Unidos e da China entre os três países de maior população, território e PIB do mundo, mas está longe de ter os poderios militar e econômico dos dois.

A conduta do País em relação a outras nações, porém, têm tido repercussões diferentes dos 130 anos de República desde a posse do presidente Jair Bolsonaro. Tornaram-se uma fonte de polêmicas que, se não contornadas, podem causar danos às relações exteriores brasileiras, no lugar de compensar fragilidades, como historicamente ocorreu desde que José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, inaugurou uma escola diplomática respeitada pela comunidade internacional. Exemplos desse prestígio são o comando da Organização Mundial do Comércio (OMC), exercido pelo diplomata Roberto Azevêdo, e o fato de o Brasil abrir anualmente a Assembleia Geral das Nações Unidas desde 1947, quando a primeira dessas reuniões foi inaugurada pelo então chanceler brasileiro Oswaldo Aranha.

Para que se conheça um pouco do patrimônio construído pelo Itamaraty, é válido um resgate da ação diplomática que retrocede ao Tratado de Tordesilhas – assinado em 1494 entre Portugal e Espanha, deixava de fora quase dois terços do atual território nacional.

Em 1750, as duas nações ibéricas voltam às negociações para fixar os limites de suas colônias no Tratado de Madri, que deixa as fronteiras brasileiras próximas do que são hoje, com base no princípio *uti possidetis*, transplantado do direito romano, segundo o qual cada parte conserva o território pela posse que nele exerce. Secretário do rei de Portugal D. João V, o embaixador Alexandre de Gusmão foi o redator do texto.

MAPA DO BRASIL

Segundo Jean-Claude Silberfeld, consultor em relações internacionais da FecomercioSP, o Estado brasileiro é herdeiro incontestado da lógica portuguesa de diplomacia que enfatizou o *soft power*, sem excluir o uso da força, quando necessário. Em seu livro *A diplomacia na construção do Brasil*, o embaixador Rubens Ricupero classificou como “diplomacia da fraqueza” a estratégia empregada pelos lusitanos: “É a capacidade de compensar a inferioridade militar por outras formas de poder, entre elas a busca de alianças e a influência de fatores intangíveis, os conhecimentos, os argumentos intelectuais, a preparação cuidadosa das negociações e a habilidade de negociar com base em posições desfavoráveis”.

Dessa forma, quando da Independência, o Brasil herdou, além da tradição diplomática, a aliança com a Inglaterra, que



COM DEZ PAÍSES LIMÍTROFES EM UMA EXTENSÃO DE 15 MIL QUILOMETROS, O BRASIL SÓ TEM PARALELO NO MUNDO, QUANTO AO NÚMERO DE VIZINHOS, COM A RÚSSIA E A CHINA



havia permitido a Portugal sobreviver no jogo de poder da Europa. Mas enquanto o reino lusitano foi praticamente um vassalo econômico e político da maior potência do século 19, a antiga colônia exibia muito mais autonomia. Embora desfrutasse dos capitais ingleses para construir ferrovias e financiar a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, a partir de 1870 o Império Brasileiro se afastou da Europa, iniciando uma aproximação com os Estados Unidos, que atravessaria todo o século 20.

Proclamada a República, em 1889, uma geração de bacharéis formados nas Academias de Direito de São Paulo e Olinda assume a direção da diplomacia brasileira. Destacam-se, além de Rio Branco (ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912), Joaquim Nabuco, primeiro embaixador em Washington, e Ruy Barbosa, representante do País na Conferência de Haia (1907), uma das primeiras a estabelecer tratados internacionais sobre leis e crimes de guerra. A partir de 1899, o epicentro da política exterior do Brasil foi o Palácio do Itamaraty, residência de barões no Rio de Janeiro que sediou o Ministério das Relações Exteriores até sua transferência para Brasília, em 1970. A relação com o antigo edifício, construído em 1855 por arquitetos franceses, deu à diplomacia brasileira o cognome oficial de “Itamaraty”.

A República recebeu do Império uma nação quase sem fronteiras fixadas, resultado das rusgas mantidas durante décadas de uma monarquia cercada por repúblicas. A tarefa era gigantesca, pois com dez países limítrofes em uma extensão de 15 mil quilômetros, o Brasil só tem paralelo no mundo quanto ao número de vizinhos com a Rússia e a China.

Coube a Rio Branco, então cônsul-geral em Liverpool, resolver os casos de Palmas [área de 30 mil quilômetros quadrados no oeste do atual estado de Santa Catarina disputada com a Argentina], em 1893, e dos limites com a Guiana Francesa [260 mil quilômetros quadrados disputados com a França no atual Amapá], em 1895. As duas questões foram resolvidas favoravelmente ao Brasil por arbitramento dos governos dos Estados Unidos e da Suíça, respectivamente.

Guindado ao cargo de ministro em razão de todo esse êxito, o barão teve que se haver com o problema do Acre, resolvido por negociações diretas com a Bolívia, consagradas pelo Tratado de Petrópolis (1903), o que lhe valeu dar o nome de “Rio Branco” à capital desse Estado. Em 1909, tinha concluído tratados de limites com todos os nossos vizinhos, com o saldo de 900 mil quilômetros quadrados extras reconhecidos como de soberania brasileira. Caso único no mundo de profissional da diplomacia alçado ao panteão

dos heróis da nacionalidade, teve direito à efígie na cédula de mil cruzeiros, popularmente chamada de “barão”.

Legado direto de Paranhos, que tinha horror à guerra desde que presenciara os sofrimentos do conflito com o Paraguai, foram o princípio da não interferência em assuntos internos de outros países, em especial dos nossos vizinhos, e uma parceria não escrita com os Estados Unidos, que se traduziram em permanente barganha para equilibrar o tabuleiro geopolítico das Américas.

Esse elemento pragmático foi conservado por Getúlio Vargas, que, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, estabeleceu um jogo pendular entre os países do Eixo, capitaneados pela Alemanha, de um lado, e os Estados Unidos, do outro, com o objetivo de obter apoios técnico e financeiro para a implantação da siderurgia no País. A Usina de Volta Redonda, bancada pelos Estados Unidos em troca da base militar em Natal (RN), é a testemunha do lado para o qual a balança pendeu graças, sobretudo, aos esforços de Oswaldo Aranha, embaixador em Washington (1934-1937) e ministro das Relações Exteriores (1938-1944).

Com acesso direto a Vargas, Aranha foi um estranho no ninho de fascistas do Estado Novo – “o estadista de mais firme convicção democrática liberal e pró-ocidental”, de acordo com a defini-

ção de Ricupero. Em sua gestão se introduziu o recrutamento por concurso público e foi criado o Instituto Rio Branco, referência mundial na formação de diplomatas.

PRAGMATISMO RESPONSÁVEL

Após um breve período de “alinhamento automático” aos Estados Unidos durante o governo Dutra, o Brasil retomou a “diplomacia desenvolvimentista” da Era Vargas, levada ao auge por Juscelino Kubistchek, que rompeu com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e atraiu para o País empresas privadas do porte da Volkswagen. Seria apenas no curto governo de Jânio Quadros, porém, que a diplomacia brasileira deixaria de priorizar a Europa, o sistema pan-americano e a mera relação com os vizinhos para empreender voos mais altos. Conservador, o fugaz presidente canalizou sua ousadia para a área externa, recusando-se a sustentar os Estados Unidos na disputa contra Fidel Castro, de Cuba.

Nasce, dessa forma, a Política Externa Independente, novo e duradouro paradigma para as relações exteriores brasileiras, que contrapunha o diálogo Norte-Sul ao confronto Leste-Oeste característico da Guerra Fria. Jânio Quadros mandou missões comerciais aos países então comunistas do Leste Europeu, abriu embaixadas e consulados na África e despachou o vice-presidente João Goulart para a China. Sua ideia era transformar o Brasil no vértice latino-americano de uma ordem internacional multipolar, o que se tornaria realidade no século 21 com os Brics. Após a renúncia de Jânio, essa orientação externa se manteve no governo de Goulart, que, acusado de esquerdista, tornou-se a primeira vítima dos muitos golpes militares que os Estados Unidos promoveriam na América Latina nas décadas de 1960 e 1970.

O regime militar se iniciou, por sua gênese, com nova subordinação aos Estados Unidos, evidenciada pela célebre frase do embaixador em Washington e ministro das Relações Exteriores do presidente Castelo Branco, Juracy Magalhães: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Os votos do País na ONU nesse período, que favoreciam o Portugal salazarista e colonialista e o *apartheid* na África do Sul, isolaram o Brasil ao ponto de o embaixador Araújo Castro cunhar a expressão “complexo de Greta Garbo”, alusão a uma frase da atriz: “I want to be alone” (“Eu quero ficar só”).

A partir do governo Médici, Mário Gibson Barbosa inaugurou uma linhagem de diplomatas profissionais no cargo de ministro das Relações Exteriores, que retomou os rumos da política interna independente, embora com outro nome. “Pragmatismo responsável” é como a definia, na gestão de Ernesto Geisel, o chanceler Azeredo da Silveira, responsável pelo mais atrevido ato diplomático dos “Anos de Chumbo”. Implacável anticomunista, a ditadura militar tornou o Brasil o primeiro país do mundo a reconhecer a guerrilha marxista do Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA) como legítimo governo da ex-colônia portuguesa, independente em

1975. Para se ter uma ideia do que isso representou, os Estados Unidos só reconheceram o governo de Angola quase 20 anos depois, na década de 1990.

Os anos de 1980 trouxeram ao Itamaraty temas que exigiram mais esforço na área de promoção comercial e que se prolongaram pela década seguinte, com a formação do Mercosul e a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC). No governo de Fernando Henrique Cardoso foi instituída a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), com o objetivo de promover os produtos e serviços brasileiros no exterior e atrair investimentos estrangeiros para setores estratégicos da economia.

Em 1992, no breve governo de Fernando Collor – e em paralelo ao seu processo de impeachment –, ocorreu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), com representantes de 183 países. Histórico êxito da diplomacia brasileira, a Eco-92 abriu caminho para as duas principais convenções ambientais da ONU, sobre Mudança Climática e Biodiversidade. Decorreu daí o conceito de “potência ambiental” que passou a caracterizar o Brasil, país detentor da maior floresta tropical e da maior reserva de água doce do planeta. Um status ameaçado, porém, desde que os satélites revelaram o avanço devastador do desmatamento na Amazônia.

ALINHAMENTO COM TRUMP

Posicionado na extrema-direita do espectro ideológico internacional, o governo de Jair Bolsonaro atrelou a política externa do Brasil aos Estados Unidos e ao seu presidente, Donald Trump. Negacionista dos efeitos do aquecimento global, o ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo também combate o “globalismo”, considerado por ele uma invenção do “marxismo cultural”.

Incidentes diplomáticos podem causar danos às relações do País. Primeiro com a China, o maior comprador de nossos produtos, que Bolsonaro criticou antes mesmo de assumir a presidência. Depois com os países árabes, ao visitar Israel e anunciar a intenção de mudar a embaixada brasileira para Jerusalém [o que não havia de fato acontecido até o fechamento desta edição]. Na América do Sul, ingerências em questões internas da Venezuela e da Argentina se somaram a um desastrado acordo sobre Itaipu que quase derruba o governo do Paraguai, além das ofensas ao pai da ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet e referências desairosas à esposa do presidente da França, Emanuel Macron. “I want to be alone”, diria Greta Garbo.

&



RAPS

REDE DE AÇÃO POLÍTICA
PELA SUSTENTABILIDADE

APOIAMOS QUEM **FAZ**
E **QUER FAZER** ACONTECER.

Norteados pelos princípios e valores da sustentabilidade, desde 2012 nosso papel é apoiar, conectar e desenvolver lideranças políticas para que, juntos, encontremos soluções para os mais complexos desafios brasileiros.

Acreditamos no diálogo e na cooperação para a transformação da sociedade, reunindo pessoas de diferentes partidos, ideologias e experiências com um mesmo objetivo: construir um país mais justo, com mais oportunidades, melhor qualidade de vida para todos e capaz de respeitar seus recursos naturais.

Para nós, a democracia se constrói no encontro entre os iguais e os diferentes.

Saiba mais em raps.org.br

É POSSÍVEL

ter um plano de saúde
que cabe no seu bolso.

Só com a Qualicorp e com a **FECOMERCIO-SP**
você, **Empregador do Comércio**, tem
condições especiais na adesão de um
dos melhores planos de saúde do Brasil.

A partir de:

R\$ 291¹



Ligue: 0800 799 3003

Se preferir, simule seu plano em qualicorp.com.br/anuncio